



Federal University of Roraima, Brazil

From the Selected Works of Elói Martins Senhoras

Winter January 1, 2009

Os transbordamentos da financeirização da riqueza na atual crise internacional

Eloi Martins Senhoras



Available at: <https://works.bepress.com/eloi/113/>

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 104
Março – 2009

SUMÁRIO

- 3 Os transbordamentos da financeirização da riqueza na atual crise internacional
Spill-over effects of wealth financierisation in the current international crisis
ELÓI MARTINS SENHORAS; PATRÍCIA NASSER DE CARVALHO
- 5 Estratégia Nacional de Defesa: comentários dissidentes
National Strategy of Defense: dissident commentaries
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA
- 10 Os emergentes emergem e determinam o novo tom da política internacional?
The emerging emerges and determines the new tone of international politics?
GUNTHER RUDZIT; OTTO NOGAMI
- 13 A crise financeira mundial e as empresas seguradoras norte-americanas:
o caso da American International Group (AIG)
*The global financial crisis and the North American insurance companies:
the case of American International Group (AIG)*
DANILO JOSÉ DALIO
- 16 Hard, soft ou smart Power? Perspectivas para a nova política externa
dos Estados Unidos
*Hard, soft or smart Power? Perspectives for the new foreign policy
of the United States*
JOÃO FÁBIO BERTONHA
- 19 O Estado logístico brasileiro e a crise financeira mundial: motivos para otimismo?
The Brazilian logistics state and global financial crisis: reasons for optimism?
DANILO VERGANI MACHADO
- 22 Diversificação esquecida? Elementos causais da expansão da soja na pauta
exportadora agrícola brasileira entre 1974 e 1979
*Overlooked diversification? Causal elements of the expansion of soybean in Brazilian
agricultural exports between 1974 and 1979*
RAPHAEL COUTINHO DA CUNHA; ROGÉRIO DE SOUZA FARIAS
- 26 Estados Unidos: redefinição das bases militares no mundo
United States: redefinition of army bases in the world
VIRGÍLIO ARRAES
- Resenhas**
- 28 *Russia – Lost in transition – The Yeltsin and Putin legacies*
CRISTINA SOREANU PECEQUILO; ALESSANDRA APARECIDA LUQUE
- 30 O Segundo Mundo: impérios e influências na nova ordem global
JOÃO FÁBIO BERTONHA

Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

ISSN 1518-1219

No. 104 – Março – 2009

Como contribuir

1. O Boletim publica artigos de análise de conjuntura e resenhas de livros;
2. As contribuições devem conter cerca de 7.000 caracteres (incluindo espaços) e devem ser apresentadas em processador de textos de uso universal;
3. Não devem ser usadas notas de rodapé. No caso de citação de bibliografia, usar o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do artigo;
4. As contribuições podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
5. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
6. No caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
7. As contribuições devem vir acompanhadas de:
 - a. 3 palavras-chave em português e 3 key words em inglês;
 - b. Título em inglês;
 - c. Resumo em português e abstract em inglês, ambos com até 20 palavras.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, com avaliação de pelo menos dois pareceristas, escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema de duplo cego (blind review). Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a modificações no trabalho.

O processo de análise editorial se estende por cerca de 5 (cinco) dias úteis e os artigos aprovados são imediatamente publicados no site e depois consolidados na edição em formato PDF, lançada até o final do mês subsequente.

As submissões se dão por intermédio de formulário específico, acessível em <http://meridiano47.info/como-publicar/>

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite <http://www.ibri-rbpi.org>

Os artigos publicados em Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais estão indexados nos seguintes serviços internacionais:

- Fuente Acadêmica (Ebsco Publishing);
- Informe Acadêmico (Cengage Gale Learning);
- Academic OneFile (Cengage Gale Learning).

Política Editorial

Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais publica contribuições inéditas na forma de artigos científicos breves e resenhas de livros. Editado pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, o Boletim não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários nacionais ou estrangeiros. As opiniões expressas nos trabalhos publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores e não traduz a opinião ou o endosso do IBRI.

O Boletim publica trabalhos cuja temática se situe na grande área de relações internacionais, em que se compreende Política Internacional e Comparada, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e da Política Exterior e Economia Política Internacional.

Todos os artigos serão submetidos a arbitragem científica, em sistema de duplo cego (blind review), com avaliação de pelo menos dois pareceristas escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada. Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a ajustes na forma, estrutura ou conteúdo, ou mesmo negá-la. Neste processo o anonimato dos autores e dos pareceristas é garantido.

A publicação de contribuições será sempre amparada pelas recomendações do Conselho Editorial e pela análise dos pareceres produzidos.

© 2000-2009 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Expediente

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília), Andrés Malamud (Universidade de Lisboa, Portugal), Antônio Carlos Lessa (Universidade de Brasília), Cristina Soreanu Pecequillo (Universidade Estadual Paulista), Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília), Francisco Doratioto (Universidade de Brasília), Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina), João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Pio Penna Filho (Universidade de São Paulo), Paulo Luiz Esteves (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

Os transbordamentos da financeirização da riqueza na atual crise internacional

Spill-over effects of wealth financierisation in the current international crisis

ELÓI MARTINS SENHORAS*
PATRÍCIA NASSER DE CARVALHO**

Meridiano 47 n. 104, mar. 2009 [p. 3 a 4]

A crise financeira que transborda hoje sobre o mundo e provoca incertezas nas relações internacionais, tanto em países centrais como periféricos, nada mais é do que o desdobramento do estouro do processo de financeirização da riqueza iniciado nos Estados Unidos e que se difundiu no mundo através das liberalizações financeiras a partir das décadas de 1980 e 1990.

Essa conjuntura está ligada ao fenômeno da financeirização da riqueza que é uma expressão contemporânea de definição, gestão e transformação da riqueza no Capitalismo, cuja acumulação produtiva abriu espaço para um regime de acumulação com predominância especulativa ou financeira.

Ligadas à financeirização da riqueza estão a facilidade das tecnologias de comunicação e informação e a flexibilidade das legislações nacionais, que embora fluidas pelas redes de interdependência trazidas pelas diferenças de rentabilidade financeira de cada país, permitiram o desenvolvimento de uma arquitetura financeira internacional com características concentradas no mercado financeiro estadunidense,.

Após a crise da bolsa de alta tecnologia (Nasdaq) e os atentados de 11 de Setembro de 2001, a economia norte-americana se utilizou de uma política monetária e creditícia expansionista ao estimular aplicações financeiras em setores de alta rentabilidade e risco – que permitiram o aumento maior da financeirização da riqueza – com o fim

de evitar um processo de recessão e repercutindo no postergamento de uma crise financeira maior.

A instabilidade financeira que assola hoje os Estados Unidos e que se transbordou para todo o mundo é, portanto, o reflexo do estouro de uma série de bolhas especulativas que propiciaram o aumento da financeirização e a estabilidade do crescimento econômico via crédito de baixo custo nos últimos anos.

Posto que o inflamento da bolha especulativa no mercado acionário estadunidense ocasionou a crise da Nasdaq em 2001, o seu estouro e a conseqüente adoção de uma política monetária e creditícia calcada em uma baixa taxa de juros levou ao endividamento das famílias a um baixo custo e a um boom de valorização do mercado imobiliário por meio de **créditos hipotecários de risco** (“subprime”). Dessa forma, essa medida conduziu a uma nova crise em 2007, embora tenha sido eficientemente bem administrada à época pelos Estados Unidos sem repercussões maiores.

Neste fluxo, as instabilidades de 2008 representam um momento de desdobramento ou continuidade de um processo cumulativo anterior onde a financeirização da riqueza estimulada pelo crédito barato chegou por fim a afetar os grandes bancos de investimento que mal administraram suas carteiras.

À medida que a crise financeira estadunidense transbordou internacionalmente na economia global,

* Professor assistente do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima – UFRR (eloi@dri.ufr.br).

** Mestre em relações internacionais e doutoranda pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (patinasser@yahoo.com.br).

uma série de bancos centrais passaram a tomar uma série de medidas de administração emergencial buscando resgatar a credibilidade das moedas e das finanças nacionais.

Não obstante exista um esforço unilateral dos países contra a endogeneização da crise que se disseminou internacionalmente, há uma incapacidade institucional de responder de maneira integrada aos períodos de intensificação das instabilidades pela arquitetura das finanças internacionais, haja vista o *gap* de recursos entre o gigantismo dos mercados financeiros e o restrito fôlego dos bancos centrais para administrá-los.

No mundo da globalização financeira, a interligação das redes financeiras abre janelas de especulação internacional na busca de maior rentabilidade por ativos, o que introduz um componente estrutural pró-cíclico na arquitetura das finanças internacionais. Quando há liquidez, a economia internacional cresce por canais de financeirização da riqueza. Quando o pessimismo influencia os mercados globais, as crises e instabilidades se difundem no sistema internacional.

Uma vez que a moeda é um ativo que circula em todos os mercados reais e nominais, os canais de transbordamento da crise financeira atual acabaram por dinamizar um processo especulativo de valorização internacional do dólar frente à queda dos preços das *commodities*, revertendo uma conjuntura de dinamismo dos cinco últimos anos para países emergentes.

Em um mundo de incertezas diante do pacote bilionário emergencial norte-americano e da adoção de uma nova política monetária anticíclica, as únicas prospecções factíveis não desenham um cenário otimista, pois caso a crise internacional não se

aprofunde no curto prazo, é certo que no futuro um persistente monetarismo expansionista a baixo crédito continuará injetando combustível para uma nova onda de financeirização da riqueza, que recolocará o sistema econômico internacional vulnerável aos ciclos econômicos financeiros estadunidenses.

A despeito do alvoroço momentâneo entre analistas pessimistas ou otimistas quanto à administração desta crise que se tornou global em função dos canais internacionais de interdependência financeira, mais uma vez se observa que a imagem dos ciclos econômicos se reafirma no sistema internacional alertando que a conjuntura futura impactará nos raios de manobra dos Estados.

Recebido em 01/03/2009

Aprovado em 05/03/2009

Palavras-chave: Crise internacional, Estados Unidos, financeirização da riqueza.

Key-words: international crisis, United States, wealth financierisation.

Resumo: O presente artigo objetiva analisar o processo de financeirização da riqueza presente na atual crise financeira estadunidense tomando como referência a reconstrução dos principais fatos que se desdobraram internacionalmente por meio de canais de interdependência complexa na economia global.

Abstract: This article aims to analyze the process of wealth financierisation in the current U.S. financial crisis taking for reference the reconstruction of key events internationally spilled over through channels of complex interdependence in the global economy.



Estratégia Nacional de Defesa: comentários dissidentes

National Strategy of Defense: dissident commentaries

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA*

Meridiano 47 n. 104, mar. 2009 [p. 5 a 9]

A Estratégia Nacional de Defesa (END), divulgada pelo governo brasileiro em dezembro de 2008, mereceu, de imediato, comentários diversos de observadores e especialistas, e algumas avaliações superficiais na imprensa. A maior parte dos comentários apresentou um tom positivo, posto se tratar de uma iniciativa no sentido da transparência e da abertura de um debate com a sociedade, em geral, e com os estudiosos da área em particular. Sem pretender me colocar entre estes últimos, desejo oferecer, igualmente, alguns comentários preliminares sobre o documento em questão, baseados inteiramente em minhas primeiras impressões de leitura, sem que eu tenha tido a oportunidade, até este momento (11 de fevereiro de 2009), de conhecer opiniões ou análises mais fundamentadas sobre tal documento, ou, pessoalmente, de efetuar eu mesmo um exame mais aprofundado do mesmo.

Reconheço, de imediato, as mesmas características positivas no fato de que “um” documento – quaisquer que sejam suas qualidades intrínsecas – sobre esse aspecto importante da vida nacional (com repercussões internacionais) tenha sido divulgado. Pretendo, contudo, ressaltar, ou destacar, apenas aspectos que me parecem problemáticos nesse documento, sem desconsiderar que ele possa, de fato, apresentar uma contribuição relevante para um debate qualificado nessa área, ademais de suas implicações práticas para a defesa nacional e a política externa do Brasil. Meus comentários, como já indicado no subtítulo, prenunciam uma posição mais crítica do que favorável, e até num sentido iconoclasta, mas sem qualquer espírito destrutivo, ou puramente

negativo, preservando, ao contrário, minha tradicional honestidade intelectual e, tanto quanto possível, minha objetividade analítica.

1. Características gerais

Uma leitura, mesmo superficial, do documento em questão, permite detectar, antes de mais nada, uma filosofia geral, não muito diferente daquela que perpassa a vida nacional em outras esferas de orientação política ou econômica. Trata-se de um documento que coloca o princípio da independência nacional como vetor absoluto de qualquer posicionamento em matéria de segurança e defesa. Independentemente, portanto, de suas outras qualidades setoriais, e até de planejamento global dessa importante interface das relações do Brasil – e essas outras qualidades existem, mas não serão enfatizadas aqui –, cabe destacar em primeiro lugar esse elemento gaullien, ou gaulliste, do documento, que pode ser resumido em alguns poucos conceitos: a filosofia global do documento, a que mais revela a visão do mundo (*Weltanschauung*) de seus formuladores, portanto, é a do soberanismo e, sobretudo, a do nacionalismo.

Não há muita novidade nesse particular, pois que o Brasil sempre foi, desde o início da República, pelo menos, um país essencialmente soberanista e nacionalista; esta última característica foi bem mais acentuada a partir da era Vargas. Esse aspecto, normal e até ‘obrigatório’ para os defensores oficiais da pátria, apresenta outro problema ao tratar do planejamento, produção e utilização de “bens” de

* Doutor em ciências sociais pela Universidade de Bruxelas (1984); diplomata de carreira do serviço exterior brasileiro desde 1977; professor de Economia Política Internacional no Mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília (Uniceub); autor de diversos livros de história diplomática e de relações internacionais (pralmeida@mac.com).

defesa, quaisquer que sejam eles, posto que o elemento básico de 'edifício securitário e dissuasório' passou a ser o da autonomia absoluta, quaisquer que sejam os custos explícitos e implícitos – ou seja, o custo-opportunidade, em linguagem econômica – dessas opções fundamentais da estratégia 'nacional' de defesa (e o qualificativo central assume aqui toda a sua carga de obrigatoriedade, em sentido estrito e lato).

Esta outra característica, econômica, deve ser sublinhada de imediato e com a maior ênfase, pois que implicando em toda uma problemática que não tem tanto a ver com a substância em si das escolhas básicas em matéria de estratégia, mas decisiva na definição dos meios. Ela é a seguinte: independentemente dessas escolhas, é um fato que o documento em si não foi feito por economistas, não recebeu uma análise de algum 'espírito econômico', nem pretende prestar contas de seus custos econômicos para o país e a sociedade. Simplificando ao extremo – mesmo sob o risco de ver o documento transformado em caricatura dele mesmo – eu diria que o documento é completamente anti-econômico, não apenas por propor uma estratégia grandiosa, inalcançável no plano dos recursos disponíveis, mas sobretudo por propor um caminho de realização dessa estratégia que não leva em conta o princípio básico da escassez de recursos, ou se o leva, o faz apenas como uma espécie de gradualismo orçamentário.

Existe, obviamente, uma razão de ordem prática, ou seja, econômica, para que a END não possa ser aplicada; ou mesmo que, se ela for eventualmente aplicável – viabilizada pelos procedimentos legislativos e orçamentários em um Estado democrático normal –, ela não consiga ser colocada em vigor em toda a sua plenitude. Para que isso ocorra, seria provavelmente necessário mais do que um PIB inteiro – sem que um valor preciso possa ser de fato estimado – para que toda a imensa ambição da END seja integralmente implementada. Não se pretende no espaço limitado deste comentário elaborar a propósito da total anti-economicidade da END; apenas confirmar que essa característica não se prende apenas ao documento, mas perpassa o conjunto de atitudes e de políticas econômicas brasileiras desde muito tempo, estando, portanto, entranhadas, na própria 'ideologia nacional

desenvolvimentista', subjacente a todo o documento. Qualquer que seja a postura política que se possa ter em relação a essa 'ideologia', e sua interação com a END (qualquer que seja ela, esta, ou uma outra) uma abordagem metodologicamente apropriada a uma política nacional tão importante quanto esta não poderia dispensar uma rigorosa análise econômica de sua efetividade e adequação a uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico e tecnológico (e, por extensão, social).

Esta não é, contudo, a objeção maior que se possa fazer ao documento, e ao modo de pensar de seus formuladores, ainda que ela seja decisiva no plano dos meios e das possibilidades. Essa objeção tem a ver com a sua inocuidade ou, ao menos, a sua inadequação aos propósitos prioritários que o próprio documento estabelece.

2. Características específicas

A outra grande deficiência do documento é o fato de que, mesmo sendo a END hipoteticamente implementável – supondo-se que existissem meios infinitos e nenhum constrangimento orçamentário – ela não teria os efeitos que seus propositores pretendem, ou apenas teria 'certos' efeitos, característicos, precisamente, de sua concepção fundamental: soberanista, nacionalista, autonomista no mais alto grau, ignorando não apenas a interdependência econômica contemporânea, como também os propósitos maiores da política externa brasileira, seja em sua dimensão regional, seja em seus objetivos multilaterais e internacionais.

A END pretende dar prioridade a duas 'Amazônias', a verde e a azul, como se os principais problemas da defesa, da segurança ou da estratégia dissuasória do Brasil estivessem concentrados nessas duas regiões. Aliás, o documento falha em identificar claramente onde estariam essas ameaças, como se o conceito de defesa não implicasse em seu complemento necessário: contra o quê, exatamente, ou contra quem? As ameaças são classificadas como difusas; mas aqui e ali perpassa a idéia de que seria uma potência (ou uma coalizão de potências) dotada de meios ofensivos superiores (um claro eufemismo

para os EUA e países europeus). Não se considera, por exemplo, que os centros nevrálgicos da economia e das decisões nacionais se encontram distribuídos em uma faixa litorânea de 200km ao longo da costa atlântica, ou que nossas fragilidades são bem mais internas do que externas.

Os problemas principais, contudo, derivam do fato de que, em todos os vetores que a END considera como essenciais, o espacial, o cibernético e o nuclear, uma estratégia puramente nacional, autonomista e soberanista, como a proposta no documento, redundaria em custos indefinidos, prazos extremamente delongados ou impasses ou obstáculos tecnológicos previsíveis. As dificuldades não parecem impressionar os autores do documento, que desprezam ou minimizam a necessidade de cooperação externa no que se refere ao know-how para os primeiros dois vetores, ou colocam de lado os constrangimentos internacionais no que se refere ao vetor nuclear. O documento parte da suposição de que os parceiros externos, indefinidos, saberão se acomodar ao desejo brasileiro de obter acesso à tecnologia, sem o que essas parcerias presumivelmente não existirão.

Em outros trechos, onde se fala de ‘parceiros’, estes são identificados a países emergentes, com os quais se realizará outro dos objetivos prioritários do atual governo brasileiro: a reforma das instituições internacionais, em especial dos organismos econômicos. No plano internacional, justamente, o documento falha em vincular o outro grande objetivo internacional do governo brasileiro: a assunção de uma cadeira permanente no CSNU e o aumento da presença brasileira no cenário internacional. Se este é um objetivo factível – o que parece muito duvidoso – então a END não parece adaptada aos requisitos e necessidades de uma maior inserção do Brasil nas operações de peace-making e de peace-keeping da ONU, ou até de uma ação independente em determinados teatros especiais.

3. O problema regional e a questão hemisférica

O documento quase não trata das grandes prioridades da atual política externa brasileira: o reforço do Mercosul e a integração política e física

da América do Sul; mas quando o faz, as menções são puramente retóricas, sem a perspectiva de uma integração real, igualitária. Os vizinhos são basicamente considerados como clientes potenciais da indústria brasileira de defesa, totalmente independente, cabe lembrar.

A integração seria algo puramente instrumental para viabilizar economias de escala para essa indústria, diluindo assim os custos entre um número maior de clientes, ou de dependentes (condição que se recusa para o próprio Brasil). O famoso Conselho de Defesa Sul-Americano – que não é bem de defesa, mas simplesmente de coordenação da segurança regional – parece ter sido criado para servir a esses mesmos objetivos, e sua característica mais realçada é a de que ele seria conduzido sem qualquer parceiro externo à própria região.

Esse ‘isolamento’ dos EUA – como se tal fosse possível – parece resultar de dois elementos combinados, a partir de dois vetores completamente diferentes: por um lado, a tradicional necessidade militar de definir ‘ameaças’ credíveis – e não se concebe qualquer outra ameaça efetiva na região, depois da normalização das relações com a Argentina – agora parcialmente coberta pela figura da ‘potência superior’; por outro lado, o anti-imperialismo infantil, e completamente *démodé*, de setores políticos da base de sustentação do governo e da esquerda acadêmica esclerosada.

Esse exclusivismo regional, à exclusão do grande irmão hemisférico, e a política de aproximação do Brasil com parceiros ‘emergentes’ ditos estratégicos – como a Índia, por exemplo – podem vir a ser fontes de problemas na estratégia brasileira de integração regional, na área política e de segurança, inclusive porque isso tem implicações para os problemas da cadeira no CSNU e da opção nuclear.

É relevante registrar que, para que o Brasil pudesse realizar seus objetivos regionais, sobretudo o da integração sub-regional e da sul-americana – que supostamente são os mais valorizados pela diplomacia brasileira e a própria base da cooperação regional no terreno da segurança, e talvez da defesa –, o Brasil precisaria utilizar-se muito mais dos elementos de *soft power* da economia do que aqueles de *hard power*,

pelo lado da defesa. Na verdade, o Brasil já possui, teórica ou hipoteticamente, as condições potenciais para praticar *soft power* na região, não o fazendo, por razões históricas e políticas.

Esse *soft power* estaria baseado na abertura irrestrita do seu mercado interno a todos os vizinhos sul-americanos, de forma integral e incondicional – vale dizer, sem qualquer exigência de reciprocidade – e na concepção e implementação de imenso esforço de cooperação bilateral com cada um deles (acolhendo bolsistas no Brasil e desenvolvendo projetos nesses países); cabe considerar, ademais, o papel crucial do investimento direto brasileiro na região, essencialmente a cargo do setor privado (eventualmente estimulado por políticas governamentais) e de uma ou outra estatal (Petrobras). O fato é que o Brasil não exercerá esse *soft power*, seja porque o país é naturalmente protecionista, seja porque os arranjos do Mercosul não o permitiriam, nas atuais condições.

A questão hemisférica, por sua vez, tem a ver com as relações do Brasil com o ‘império’, atualmente considerado uma presença nitidamente não desejável na região, sequer como parceiro (a menos que seja como fornecedor complacente da tecnologia necessária à capacitação brasileira em defesa). Pode-se até conceber essa ‘opção’ como uma derivação lógica – ainda que não assumida publicamente, por notórias implicações políticas – da antiga tese do chanceler Rio Branco quanto a uma divisão de tarefas no hemisfério: o império fica com o norte (aqui compreendendo todo o Caribe e América Central) e o Brasil se ‘ocupa’ da América do Sul. Mesmo admitindo que esse tipo de ‘missão compartilhada’ seja admissível ou possível, na prática – com todos os problemas ligados a uma suposta liderança brasileira na região – ela não resolve nenhum dos demais problemas vinculados à presença internacional brasileira ou, sobretudo, ao CSNU, que passam inevitavelmente por uma ‘boa relação’ de cooperação ativa com o império (algo ainda não admitido até aqui).

4. Problemas residuais e conclusão provisória

Sem pretender aprofundar, neste momento, todos os problemas relevantes da END – inclusive

o das ‘ferramentas’ que poderiam, ou não, ser funcionais para essa estratégia particular, entre elas o submarino nuclear, algum eventual porta-aviões ou outros instrumentos de projeção externa – caberia mencionar, mesmo rapidamente, dois outros problemas relevantes que também têm a ver mais com a ‘filosofia’ do documento do que propriamente com os meios e fins dessa concepção de defesa.

O primeiro tem a ver com a opção confirmada por um ‘serviço militar obrigatório’, aliás, acrescido de um recrutamento universal (quem não fosse aproveitado no ‘equalizador republicano’, iria para um equivalente civil). Esta opção parece decorrer mais de necessidades da força de terra, do que dos requerimentos das duas outras forças, que aparentemente se acomodariam – ou mesmo desejariam – a alternativa de forças totalmente profissionais e exclusivas. Opções de maior flexibilidade operacional recomendariam, provavelmente, a consideração da estratégia profissional para alguns tipos de missões militares (propriamente estratégicas), reservando-se o serviço universal para essa ocupação de ‘terreno republicano’ no grande espaço do Brasil ainda subdesenvolvido, como deseja certa ideologia pretensamente classista no documento. Aliás, o documento trai suas origens mais sociológicas do que propriamente institucionais ao mencionar expressamente o objetivo de incorporar todas as ‘classes sociais’ a esse projeto pretensamente republicano: trata-se, provavelmente, da primeira vez que o Estado brasileiro trabalha com o conceito de classes sociais, em lugar de um equivalente verdadeiramente universal e igualitário, o de cidadãos, ao pretender formular uma política pública relevante.

O segundo problema tem a ver com a velha questão nuclear. Ademais de referir-se às possibilidades energéticas e tecnológicas do vetor nuclear, a END parece lamentar, em duas passagens, o abandono pelo Brasil dessa possibilidade ‘militar’: o Brasil “privou-se da faculdade de empregar a energia nuclear para qualquer fim que não seja pacífico”, e “proibiu-se a si mesmo o acesso ao armamento nuclear”, o que revela, provavelmente, alguma inclinação dos formuladores do documento. Inconsciente ou deliberadamente, esse tipo de linguagem pode representar uma eventual tentativa de deixar a opção

aberta, caso novos desenvolvimentos internacionais, do lado do TNP, tornem viável ou factível alguma futura revisão constitucional no plano nacional. Esse 'desejo secreto' pode revelar-se problemático no plano internacional e até no regional, inclusive porque está expressamente dito que o Brasil "não aderirá a acréscimos ao TNP destinados a ampliar as restrições do Tratado sem que as potências nucleares tenham avançado na premissa central do Tratado: seu próprio desarmamento nuclear". Essa posição é uma espécie de prolongamento da recusa do TNP mantida durante 30 anos pelos estrategistas – militares e diplomáticos – brasileiros em relação a esse vetor considerado fundamental de qualquer estratégia dissuasória no plano mundial.

Finalmente, cabe registrar, mais uma vez, o aspecto positivo da divulgação da END, pelo simples fato de existir e de permitir debates públicos em torno de 'uma' END e, sem pretender retomar um chavão que diria que 'uma outra END é possível', sublinhe-se apenas que ela começa o debate sobre onde, e com que instrumentos, o Brasil quer chegar em matéria de defesa e de segurança estratégica. Com a atual conformação nacionalista, soberanista, autonomista

e arrogantemente tutelar no plano regional, sem mencionar a rejeição preventiva da 'cooperação imperial', pode-se legitimamente perguntar se jamais o Brasil chegará ao ponto indicado na END. A grande ambição da atual END é, provavelmente, o ideal do ponto de vista dos militares: pergunta-se apenas se ela é factível e se é essa a END que interessa ao Brasil, como nação integrada à região e ao mundo. O tema permanece sob exame.

Recebido em 05/03/2009

Aprovado em 07/03/2009

Palavras chaves: Brasil, política de defesa, segurança coletiva

Key words: Brazil, National Defense, collective security

Resumo: O artigo aborda a questão de defesa no Brasil. Nesse sentido, aborda a divulgação de um projeto do governo brasileiro para os próximos anos.

Abstract: The article discusses national defense question in Brazil. It also comments on the Brazilian government project for the next years.



Os emergentes emergem e determinam o novo tom da política internacional?

The emerging emerges and determines the new tone of international politics?

GUNTHER RUDZIT*
OTTO NOGAMI**

Meridiano 47 n. 104, mar. 2009 [p. 10 a 12]

A crise econômica internacional trouxe o consenso de que os governos não vão conseguir resolvê-la sozinhos e que, portanto, a cooperação é necessária e fundamental. Contudo, alcançar um consenso não será fácil. Neste quadro, o papel dos chamados países emergentes, principalmente o BRIC (sigla das iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China), ganha importância, e, por isso mesmo, pode complicar a solução.

Os ministros da Fazenda do G-20 se encontraram na última sexta-feira 13, em Horsham, Inglaterra, para a reunião preparatória ao encontro, dos chefes de Estado, que ocorrerá em Londres no dia 02 de abril, e o resultado não foi bom. Em uma tentativa de buscar uma solução para a crise, e, principalmente, uma proposta para mudança do sistema financeiro internacional, os representantes não se entenderam (DESAI, 2009). E a divisão é grande, não sendo mais só entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, mas dentro desses grupos também aparecem cisões.

Os representantes de Estados Unidos, Grã-Bretanha, Japão e China defendem a necessidade de mais estímulo para tirar a economia da crise, enquanto Alemanha e França, não concordaram e defendem que se deva continuar com as promessas já feitas e buscar conter os excessos dos mercados. Isto se deve ao fato que os governos da União Européia já ultrapassaram os limites de endividamento que o Tratado de Maastrich lhes impõe, e, portanto, não

podem continuar a lançar mais pacotes de estímulo sem colocar em risco a credibilidade do Euro.

Por isso mesmo, a União Européia defende que agora se parta para uma regulamentação mais dura do mercado financeiro. A idéia de maior regulamentação tem grande apoio, contudo, ela não é consensual, como ficou claro na fala do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Timothy Geithner, que disse querer coordenar as mudanças com outros governos, mas que cada um deverá implementar suas próprias regras, já que há grandes diferenças sobre como regulamentar cada produto do mercado, como, por exemplo, os *hedge funds* (ESTADO, 2009). Além disso, as propostas de legislação americana para o setor ainda estão em discussão entre Executivo e Legislativo, e nada garante que passará rápida e facilmente como se pode perceber em relação à manutenção do subsídio agrícola no orçamento em discussão no Congresso e pelas propostas de um protecionismo financeiro por parte de alguns legisladores (MELLO, 2009).

Enquanto isso, a República Popular da China vem apoiando todas as propostas americanas, mas o primeiro-ministro chinês, pela primeira vez, disse estar preocupado com a economia americana (CNN, 2009). Não é de se espantar tal afirmação, uma vez que a China é a maior detentora de títulos do Tesouro americano, com um total de aproximadamente

- Doutor em Ciência Política pela USP. Coordenador do curso de Relações Internacionais da FAAP- SP, Professor de Relações Internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco e do MBA do IBMEC-SP (grudzit@yahoo.com).
- Mestre em Economia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutorando em Engenharia pela Universidade de São Paulo – USP. Professor do IBMEC-SP (OttoN@isp.edu.br).

U\$ 740 bilhões segundo o próprio tesouro americano (DECLOEDT, 2009). Esta é a primeira vez que um líder do Partido Comunista Chinês faz alguma declaração sobre a situação econômica americana, apesar da recente visita da Secretária de Estado Hillary Clinton à Pequim, o que indica uma mudança de atitude e a importância que este tema passou a ter para a China.

Outra postura que tende a causar complicação é a da Rússia. Moscou já se pronunciou contrária a qualquer tentativa de se definir um percentual mínimo do PIB que deva ser aplicado na tentativa de reativação da economia, assim como redução da taxa de juros como instrumentos para se combater a crise. Contudo, o governo russo apóia uma maior regulamentação do sistema financeiro e monetário internacionais, e estes, ainda segundo as autoridades russas, só se tornariam eficientes quando as decisões forem coletivas e representarem os interesses de uma faixa mais ampla de participantes, além de defender uma maior transparência daqueles governos que emitem as moedas utilizadas como reservas de valor (FERREIRA, 2009). Tendo em vista o choque que a economia russa está passando com toda a crise, como a perda de um terço de suas reservas internacionais e do preço do petróleo, não é de se surpreender tal postura.

Um ponto que parece unir a todos é o reforço do papel do Fundo Monetário Internacional (FMI). O aumento da capacidade do Fundo em monitorar as economias parece ser um consenso, entretanto, quais as atribuições dele após esse monitoramento ainda não estão tão claras, como por exemplo, se poderá indicar políticas a serem seguidas por todos os governos, inclusive o norte-americano. Outro semi-consenso é o aumento do capital da instituição, mas que o BRIC defende que isso seja feito mediante uma nova redistribuição das cotas de participação. Isto daria a estes países maior capacidade de influenciar nas políticas do FMI, o que até agora foi negado pelos países que detêm este controle atualmente. Pode ser que ao menos a questão do capital seja contornada, com a proposta brasileira de que os emergentes façam um aporte na chamada NAB (Novos Acordos de Empréstimo, em inglês) (MELLO i, 2009), mas que não significa que a questão da redistribuição das cotas seja superada.

Percebe-se, assim, que o Brasil passa a ter um papel mais destacado no sistema internacional. A conversa entre os presidentes Barack Obama e Luiz Inácio Lula da Silva em 14 de março em Washington, foi adjetivada como importante e positiva, não só pelo governo brasileiro, o que era de se esperar, mas também pelo governo americano. O Secretário de Estado Assistente para o Hemisfério Ocidental, Thomas Shannon, destacou a importância da diplomacia brasileira para a região da América do Sul, mas também para uma parceria global, reconhecendo o que chamou de ascendência do Brasil no mundo (MELLO ii, 2009). Além disso, os norte-americanos passaram a ficar com grande receio de que modelos políticos e econômicos não tão liberais possam ganhar apoio em vários países, fazendo com que o posição do Brasil passe a ser importante.

Assim, estamos vivenciando um momento importantíssimo. Começando pelo sistema financeiro internacional, as estruturas internacionais criadas ao final da segunda guerra mundial estão sendo rediscutidas diante da incapacidade delas darem suporte aos interesses de todos os principais atores. Neste quadro, fica a questão se as mudanças serão feitas pacificamente e se os emergentes conseguirão ter seus pleitos satisfeitos.

Referências bibliográficas

CNN, (2009). *"China's premier worried for U.S. investments"*. Disponível em: [<http://edition.cnn.com/2009/WORLD/asiapcf/03/13/china.wen/index.html>]. Acesso em: 13/03/2009.

DECLOEDT, Cynthia. *"China amplia participação em títulos da dívida americana"*. [<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,china-amplia-participacao-em-titulos-da-divida-americana,339652,0.htm>]. Acesso em: 16/03/2009.

DESAI, Sumeet (2009). *"G-20 se divide sobre qual deve ser resposta à crise"*. [<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,g-20-se-divide-sobre-qual-deve-ser-resposta-a-crise,338320,0.htm>]. Acesso em: 13/03/2009.

ESTADO, Agência (2009). "EUA podem ampliar poder do Fed para regular mercados". [<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,eua-podem-ampliar-poder-do-fed-para-regular-mercados,339766,0.htm>]. Acesso em: 16/03/2009.

FERREIRA, Nathalia. "Rússia sugere plano próprio para mudar ordem mundial". [<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,russia-sugere-plano-proprio-para-mudar-ordem-mundial,339687,0.htm>]. Acesso em: 16/03/2009.

MELLO, Patrícia Campos (2009). "Comitê rejeita corte de subsídios nos EUA". [http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090313/not_imp338095,0.php]. Acesso em: 13/03/2009.

MELLO i, Patrícia Campos (2009). "EUA terão de estatizar bancos, afirma Mantega". *Jornal O Estado de São Paulo*, Economia & Negócios, p.B5, 16/03/2009.

MELLO ii, Patrícia Campos (2009). "Secretário dos EUA vê 'ascendência do Brasil'". *Jornal O Estado de São Paulo*, Primeiro Caderno, p. A4, 14/03/2009.

Recebido em 18/03/2009

Aprovado em 19/03/2009

Palavras-chave: Política internacional; economia internacional; instituições internacionais.

Key words: International politics; international economy; international institutions.

Resumo: A crise econômica traz a necessidade de cooperação e pode ser a oportunidade dos países emergentes modificarem as instituições internacionais.

Abstract: The economic crisis brings the need for cooperation and may be the opportunity for the emerging countries modify the international institutions.



A crise financeira mundial e as empresas seguradoras norte-americanas: o caso da American International Group (AIG)

The global financial crisis and the North American insurance companies: the case of American International Group (AIG)

DANILO JOSÉ DALIO*

Meridiano 47 n. 104, mar. 2009 [p. 13 a 15]

A imprevisão das conseqüências ainda parcialmente conhecidas sobre a crise financeira mundial tem gerado muitas dúvidas, sentimentos renitentes sob uma forma mista de desconfiança e resignação. Recentemente, o Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos, informou a decisão de aumentar para até US\$ 1,25 trilhão (US\$ 750 bi além dos US\$ 500 bi já previstos) o montante aplicado neste ano na compra de papéis lastreados em hipotecas, cujo objetivo será trazer liquidez para o setor imobiliário. Além disso, o BC americano elevou de US\$ 100 bilhões para US\$ 200 bilhões o montante para a compra de papéis de dívida emitidos diretamente pelas três empresas hipotecárias que contam com apoio do governo – Fannie Mae, Freddie Mac e Ginnie Mae (FOLHA ONLINE, 2009 a). Apesar dos esforços somados, esse e outros pacotes financeiros anteriormente anunciados pelo governo dos Estados Unidos acalentam grande preocupação na opinião pública internacional sobre a pertinência e eficácia das medidas.

Nessa famigerada luta contra as repercussões da crise financeira mundial, a cumplicidade do governo norte-americano com as empresas do setor financeiro, não fosse os mais recentes escândalos de pagamento de bônus milionários aos executivos do setor (FOLHA ONLINE, 2009 b), passaria inadvertidamente despercebida aos olhos dos menos sagazes observadores.

Embora o mercado imobiliário norte-americano seja reconhecidamente o centro imediato da atual

crise, que razões mais – além da alegada garantia de liquidez imobiliária – levam as autoridades do governo democrata a orientar seus planos financeiros principalmente para a recuperação de seguradoras como a AIG (American International Group)? Não é segredo nenhum que a resposta esteja no caráter sistêmico que a queda de um desses gigantes do mercado segurador representaria, não apenas para a economia dos Estados Unidos senão para o mundo inteiro. Sendo assim, que mecanismos de atuação dessas empresas tornam-nas capazes de gerar um risco sistêmico à economia mundial? Qual o seu papel e importância para o mercado financeiro internacional?

Primeiramente, é importante entender que estas seguradoras atuam no mercado mundial de seguros a risco, a partir de sua inserção no mercado de derivados financeiros como parte de suas estratégias de negócios, especificamente, atuando de forma preponderante no mercado dos chamados Credit Default Swaps (CDS) (MORRISEY, 2008). Em termos gerais, o CDS representa uma espécie de seguro que é realizado para evitar as perdas que um possível *default* (colapso/negligência) represente a um determinado patrimônio. Por exemplo, se o governo do Chile empresta 100 milhões de dólares do governo norte-americano, mas este último desconfia da capacidade de quitação da dívida por parte do primeiro, então, contrata-se um CDS sobre o empréstimo, que lhe assegura que, no caso de “omissão” do tomador, será compensado por parte da empresa seguradora.

* Mestrando em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (djdalio@bol.com.br)

Ocorre que nos últimos anos as seguradoras privilegiaram, sobretudo, a emissão de CDS, o que no caso da AIG chegou a representar em 2007 um terço de seus lucros líquidos, evidenciando um alto nível de exposição da seguradora ao mercado. Em outubro de 2008, quando estourou a crise financeira mundial, estimou-se que a vinculação da AIG com o mercado de CDS chegava a 451.000 milhões de dólares. Vale dizer, neste momento de crise, frente a um possível *default* massivo, corria-se o risco de ter de amortizar os seguros tomados pelos contratantes de CDS no mercado. Além disso, a AIG não apenas assegurou empréstimos comerciais a países e a grandes empresas, como também se dedicou à emissão de CDS sobre outros derivados financeiros, conhecidos como CDO (Collateral Debt Obligation), os quais eram principalmente utilizados no mercado hipotecário, sobretudo nos Estados Unidos. Para agravar a situação, algumas cláusulas das CDS previam que a seguradora deveria comprometer-se com pagamentos parciais, não apenas nos casos previstos acima, mas também em situação de queda no valor dos instrumentos assegurados ou se houvesse redução da própria classificação de risco da AIG (FOLHA ONLINE, 2009 c).

Diante desse quadro e da imprevisibilidade da crise econômica mundial, pelos menos da forma espantosa e a tão curto prazo como o fora, as consecutivas injeções de capitais por parte do governo norte-americano nas empresas do setor financeiro e em seguradoras como a AIG têm como objetivo imediato permitir-lhes honrar aqueles CDS que entraram em *default*, ou como consequência das mudanças na classificação de risco da própria companhia de seguro.

Entretanto, parte dos fundos dos contribuintes dos Estados Unidos, aplicados na AIG, deverá ser transferida para bancos estrangeiros, ou seja, os principais beneficiários dos pagamentos da AIG não serão exclusivamente bancos norte-americanos, mas, sobretudo instituições que se encontram principalmente na Europa Ocidental. Até então, a preocupação com o risco que o colapso da economia de determinados países poderia representar para os demais era atribuição exclusiva do Fundo Monetário

Internacional (FMI), cujas medidas de recuperação financeira visavam preservar parte do sistema financeiro internacional. Aqui, as semelhanças com medidas de recuperação da crise até agora adotadas, leva-nos a especular se não estaríamos diante de um novo modelo de recuperação financeira. Mas ainda é cedo para tomar conclusões arriscadas.

De qualquer forma, as iniciativas tomadas pelo governo norte-americano para arrefecer o impacto da crise financeira, e o papel fundamental que as empresas seguradoras assumem nessa empreitada, destacando-se pela sua importância sistêmica mundial, conduz-nos inevitavelmente a uma última questão: quem efetivamente deveria participar das políticas de recuperação financeira mundial? Embora o governo norte-americano tenha arcado até agora sozinho, a nível mundial, com o combate à crise econômico-financeira, os países do G-20 não deveriam ficar alheios a esta situação. Seria oportuno que cogitassem a possibilidade de que outros organismos internacionais estivessem capacitados para enfrentar casos atípicos semelhantes. Avaliando os riscos e as características econômicas e políticas da crise atual, e as medidas de combates a ela, é possível estabelecer formas eficazes de reação conjunta a esses momentos críticos, propondo soluções coordenadas por todos os países envolvidos.

Referências bibliográficas

FOLHA ONLINE (2009 a). "Bolsas européias fecham em alta com bancos e plano do Fed". Disponível em: [<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u537302.shtml>]. Acesso em: 19/03/2009.

FOLHA ONLINE (2009 b). "Câmara dos EUA aprova imposto de 90% sobre bônus de empresas que receberam ajuda". Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u537347.shtml>]. Acesso em: 19/03/2009.

FOLHA ONLINE (2009 c). "Entenda a operação de resgate da seguradora AIG". Disponível em: [<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u445802.shtml>]. Acesso em: 17/03/2009.

MORRISEY, Janet (2008). "Credit Default Swaps: The Next Crisis?" Business & tech. *Time*. Disponível em: [http://www.time.com/time/business/article/0,8599,1723152,00.html]. Acesso em: 17/03/2008.

Recebido em 20/03/2009

Aprovado em 21/03/2009

Palavras-chave: Crise financeira; empresas seguradoras; AIG.

Keywords: Financial crisis; insurers; AIG.

Resumo: Compreender os objetivos das políticas financeiras contra a crise e seu desempenho para se evitar o risco sistêmico que a cerca.

Abstract: Understand the objectives of financial policy against the crisis and its performance to avoid the systemic risk that involves.



Hard, soft ou smart Power? Perspectivas para a nova política externa dos Estados Unidos

Hard, soft or smart Power? Perspectives for the new foreign policy of the United States

JOÃO FÁBIO BERTONHA*

Meridiano 47 n. 104, mar. 2009 [p. 16 a 18]

Anos atrás, cientistas políticos americanos, tendo a frente Joseph Nye, criaram e difundiram os conceitos de “hard power” e “soft power”. O primeiro seria a capacidade de um país obter o que quer através da força bruta, da punição e recompensa. Os instrumentos chave, aqui, seriam a aplicação da força militar e da pressão econômica. Já o segundo conceito abrangeria os instrumentos pelos quais uma nação seria capaz de conseguir impor seus desejos frente às outras através mais da persuasão do que pela força, e incluiria atração cultural e de valores políticos e/ou ideológicos, uma liderança mais baseada no compromisso do que na imposição, etc.

Mais recentemente, entrou na moda um novo conceito, o de “smart power”, o qual seria a soma dos anteriores. Segundo a nova administração dos EUA, o país estaria abandonando a ênfase no “hard power” que teria caracterizado a era Bush e iniciado uma nova era, a ser dominada pelo “smart power”. Seria esta a chave para a recuperação do prestígio e da posição internacional dos Estados Unidos, dilapidados nos oito anos de governo Bush.

O objetivo deste artigo é investigar, dentro dos limites impostos neste espaço, a sua operacionalidade. Quero examinar exemplos históricos de potências que procuraram enfatizar, nas suas políticas externas, os vários tipos de poder acima mencionados e verificar se a História pode nos dar alguma indicação de sua (ou não) eficácia. Generalizações e simplificações serão inevitáveis, já que o objetivo não é estudo detalhado de cada caso, mas apenas uma avaliação geral dos custos e resultados de cada política.

Não é difícil encontrar, na História, exemplos de países que faziam alguma propaganda e/ou procuravam cooptar minimamente seus dominados, mas que enfatizavam a força bruta para mantê-los em linha. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a Alemanha nazista ou o Japão imperial proclamavam a amizade dos povos europeus na luta contra o bolchevismo ou a luta unificada dos asiáticos contra o imperialismo. Na verdade, contudo, confiavam na repressão mais brutal para manter o controle dos povos conquistados.

Sem chegar a tanto, o recém finalizado governo Bush, com sua ênfase na força militar, é outro exemplo de confiança excessiva no “hard power”. O governo Putin/Medvedev talvez seja outro caso a ressaltar, pois os instrumentos que a Federação Russa mais utiliza atualmente para tentar manter sua influência no antigo território soviético são o militar (como visto na Geórgia) e o econômico, especialmente pelo controle dos suprimentos de gás natural para a Europa.

A experiência indica que uma pressão maciça por força militar ou econômica pode muito bem criar e manter uma estrutura política, normalmente imperial. O grande problema deste sistema é que o custo da dominação normalmente é alto, já que é mais difícil envolver os próprios dominados para a sua defesa contra inimigos externos e internos e nem sempre compensa, para os exercem o poder, a sua manutenção.

Já uma política externa predominantemente baseada em “soft power” normalmente é posta em prática quando uma nação não tem condições

* Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM (fabiobertonha@hotmail.com).

econômicas e militares de exercer poder de forma mais direta e procura meios alternativos para exercer alguma influência no mundo.

Bons exemplos desse caso podem ser encontrados nos anos 30 do século XX. Países como Itália ou Espanha (e, até certo ponto, Portugal) tentaram exercer algum tipo de influência na política européia e mundial neste período, mas não dispunham dos meios para agir como os países mais ricos e bem armados. Elas, assim, buscaram meios alternativos de ação, como oscilar entre as potências mais fortes (como Alemanha e Inglaterra) e a elaboração de uma política externa fortemente centrada em vínculos culturais e ideológicos.

Chega a ser espantosa, aliás, a semelhança dos sistemas montados pelos três países para tentar ampliar a sua influência na América Latina. A Espanha de Franco, por exemplo, imaginou que, aproveitando-se da presença de imensas colônias de espanhóis na América hispânica e lançando uma enorme política de reforço dos vínculos culturais – baseada no conceito de irmandade hispânica, ou “Hispanidad” – seria possível contar com o seu apoio para sobreviver nos momentos de crise e, quem sabe, aumentar a influência espanhola no mundo. Com objetivos mais modestos, Portugal perseguiu algo semelhante no Brasil.

Sem poder contar com uma larga população que falasse italiano, Mussolini apelou para um conceito mais genérico – o da “latinitude” – e a idéia de que caberia a Roma liderar as nações latinas do mundo. Os vínculos ideológicos estabelecidos com os inúmeros movimentos fascistas e regimes autoritários que dominavam a América Latina nos anos 30 – e que realmente apreciavam positivamente Mussolini e o fascismo italiano –, e a presença de fortes coletividades italianas no continente também seriam fatores fundamentais para que a Itália tivesse mais influência na região.

Em geral, estas políticas não deram em nada. Em parte, porque alguns dos pressupostos delas não eram verdadeiros. A maioria das coletividades de imigrantes, por exemplo, não estava disposta a ser manipulada pelos seus países de origem, quando não eram majoritariamente contrárias aos governos

no poder na Europa. Muitos latino-americanos, igualmente, podiam apreciar a renovação dos vínculos culturais com a Europa, mas outros iam claramente na direção oposta, querendo ressaltar o americanismo. Em resumo, nem sempre os elementos da equação trabalhavam para dar, aos países europeus, a resultante final desejada.

Mas o problema central era a falta de elementos mais sólidos, de “hard power”, que pudessem ser usados para apoiar e reforçar os elementos de “soft”. Frente às vantagens econômicas e pressões militares que os futuros Aliados e, especialmente, os Estados Unidos, eram capazes de fazer na América Latina, os vínculos culturais e outros se tornavam questão menor. Não espanta, assim, que os projetos de Roma, Lisboa e Madrid tenham falhado na sua totalidade, gerando, nos dizeres do historiador espanhol Lorenzo Delgado, “Impérios de papel”.

Quando, contudo, elementos de “soft” e “hard power” se combinam, o resultado parece realmente ser muito mais substancial. A ação dos Estados Unidos na América Latina um pouco antes e durante a Segunda Guerra Mundial (quando a pressão econômica e militar se combinou com maciço esforço cultural) ou mesmo a lenta mas inexorável penetração da União Européia e da China pelas periferias do Leste Europeu e da Ásia indicam isto.

Nesses últimos casos mencionados, os elementos “hard” utilizados por europeus e chineses são mais econômicos do que militares, enquanto os “soft” têm menos a ver com difusão cultural propriamente dita (ainda que esta esteja presente) e mais com sutileza no processo de assimilação econômica, investimentos, busca de consenso e negociação. Políticas inteligentes, “smart”, que estão conseguindo mudar estas regiões do planeta.

Isso significa que todos os elementos “hard” e todos os “soft” não precisam necessariamente estar presentes para configurar uma política “smart”. Também não há nada que impeça que os elementos da receita variem conforme o tempo e as necessidades. A Europa e a China, por exemplo, têm mencionado a necessidade de ampliar suas forças militares, reforçando a sua capacidade em agir com a força quando necessário, no que é um

reconhecimento de que esta talvez seja necessária em algum momento.

Do mesmo modo, as ênfases podem mudar conforme a realidade defrontada. Ao mesmo tempo em que usavam elementos de "soft power" nas suas relações com a América Latina nos anos 30, por exemplo, Itália, Espanha e Portugal utilizavam meios militares para controlar e expandir seus Impérios na África e procuravam participar, com todos os meios disponíveis, do jogo geopolítico europeu.

Os regimes de Franco e Salazar foram sábios, ao menos, ao reconhecer seus limites, o que os levou a ficar fora da Segunda Guerra Mundial. Já Mussolini procurou realizar uma política de "hard power" na Europa, onde não era forte o bastante para tanto, e uma de "soft power" na América Latina e em outros locais, onde a sua sustentação prática era inexistente. Como resultado, a Itália ficou sem nada e, avaliada como um todo, a política externa de Mussolini só pode ser vista como um desastre.

Enfim, o que fica claro é que agir com inteligência, sabendo dosar os elementos do poder conforme as necessidades, é realmente o mais correto. Uma política baseada apenas na coerção pode funcionar, mas o custo normalmente é alto demais. Já uma que se concentra apenas em estabelecer vínculos e simpatias não se sustenta quando outros elementos, mais práticos, entram em cena. Uma combinação das duas é efetivamente o melhor.

Os EUA de Obama têm todas as chances de conseguir esta combinação e uma recuperação do

prestígio americano no mundo. Sua força militar continua imbatível e sua capacidade econômica, apesar dos percalços atuais, imensa. A cultura americana também permanece como a chave do mundo globalizado e, mais importante, o governo Obama tem uma simpatia mundial como há muito não se via. Por fim, a disposição demonstrada por este em ouvir o mundo e os Aliados e decidir de forma mais multilateral tem sido recebida de forma positiva em quase todas as capitais, reforçando seu papel de líder e não de tirano.

Washington, assim, tem uma chance de ouro de voltar a ser o país líder do mundo. Paradoxalmente, só o fará se reconhecer que não é tão poderoso como imaginava ser e que precisa do consenso e da simpatia dos outros para fazer o que só a sua força não é mais capaz.

Recebido em 22/03/2009

Aprovado em 24/03/2009

Palavras-chave: soft power, smart power, hard power

Key words: soft power, smart power, hard power

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a nova "smart power" pregada pela secretária de Estado Clinton como fusão e superação das hard e soft.

Abstract: The main purpose of this article is to discuss the "smart power", proposed by the new American administration.



O Estado logístico brasileiro e a crise financeira mundial: motivos para otimismo?

The Brazilian logistics state and global financial crisis: reasons for optimism?

DANILO VERGANI MACHADO*

Meridiano 47 n. 104, mar. 2009 [p. 19 a 21]

A economia internacional apresentou no último trimestre de 2008 números que revelam os efeitos de uma grave crise financeira com dimensões ainda desconhecidas. Embora o ambiente seja de incertezas, analistas concordam que as raízes encontram-se no desempenho dos principais mercados mundiais, sobretudo, nos Estados Unidos. O país que em 2007 já demonstrava claros indícios de recessão, tornou-se o epicentro das agitações no capitalismo global. Não tardou muito e comparações com a Depressão ocorrida na década de 1930 começaram a surgir. Novamente, observamos o debate acerca da necessidade de um Estado forte e atuante frente ao Estado mínimo das últimas décadas. Neste cenário, o paradigma logístico brasileiro busca afirmar no sistema internacional uma agenda de estímulo ao multilateralismo, de maior presença política na economia e combate ao protecionismo como ferramentas eficazes para enfrentar o difícil período que se desvenda.

A crise no setor imobiliário dos Estados Unidos é considerada o início de uma onda de pessimismo global, com drástica redução de investimentos internacionais e fuga de capitais, queda no comércio mundial e na produção de bens, elevação do desemprego, variações cambiais, enfim, um efeito dominó já conhecido pela história econômica em diferentes intensidades. Mas o que faz desta crise um fenômeno especial e comparável aos acontecimentos de 1929 por experientes analistas? De imediato é possível apresentar três pontos: em primeiro lugar que a crise teve início no coração da economia mundial,

o mercado norte-americano; em seguida, sua capacidade de gerar rápidos efeitos internacionais, de proporções relativas ao grau de internacionalização das economias nacionais; por fim, o ressurgimento de vozes keynesianas em favor de uma atuação ativa do Estado na economia.

Embora ainda pareça demasiado exagero tal comparação, a preocupação com os rumos que a crise pode tomar é legítima e o olhar histórico sempre recomendado. Como se fosse da noite para o dia, a crise iniciada em 1929 nos Estados Unidos atingiu a Europa ainda em fase de reestruturação econômica pós-Primeira Guerra Mundial. Os anos de 1932 e 1933 foram os piores após o *Crash* da Bolsa, responsáveis por caracterizar a primeira e talvez ainda única grande depressão do sistema capitalista. O mercado de trabalho foi reduzido aproximadamente em 23% na Grã-Bretanha, 24% na Suécia, 27% nos Estados Unidos, 31% na Noruega e 32% na Dinamarca. Mas nada gerou tanto impacto quando aos 44% da população alemã desempregada. (HOBBSAWM, 2007)

As conseqüências, no entanto, foram ainda mais nefastas. Percebeu-se o aumento do protecionismo comercial ilustrado pela de criação da tarifa *Smoot-Hawley Act*, a exacerbação dos nacionalismos, o surgimento de regimes não democráticos por todos os continentes e a ascensão de regimes fascistas, principalmente na Alemanha e Itália. O multilateralismo deixou de ser opção para as relações internacionais e, segundo Cervo, generalizou-se a prática de adotar soluções nacionais para problemas internacionais.

* Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (verganidanilo@gmail.com).

Desenhou-se assim o ambiente que culminou na Segunda Guerra Mundial. (CERVO, *in* SARAIVA, 2007)

O economista britânico John Maynard Keynes destacou-se neste período e estruturou um modo de pensar onde economia e política atuavam de forma conjunta. Defendeu o fortalecimento do Estado de forma a possibilitar sua atuação regulatória por meio de políticas de estabilidade fiscal e monetária, que visassem assegurar o pleno emprego, o investimento estatal em setores de infra-estrutura e regimes de segurança social. Não por acaso, Roosevelt iniciou um plano de recuperação da economia norte-americana seguindo este pensamento keynesiano. O *New Deal* foi implantado por meio de ações políticas que estabeleceram agências governamentais para regulamentação de setores, programas de assistência social, além da obsessão pela geração de empregos a partir do investimento público na construção de escolas, rodovias, portos, hospitais, etc. Keynes acreditou que a demanda criada pela renda dos trabalhadores, em ambiente de pleno emprego, seria um passo importante para superar a recessão.

Assim, o debate acerca da presença ou não de um Estado atuante na esfera econômica é estimulado novamente pela crise financeira atual. E isto ficou claro no Seminário Internacional sobre Desenvolvimento promovido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, realizado em Brasília no mês de março. Nele, a economista Maria da Conceição Tavares salientou a necessidade de atuação mais intensa por parte do Estado e promoção do multilateralismo como única forma de diálogo possível neste período de crise. Especificamente sobre o Brasil, Tavares observou que o governo possui fôlego para incentivar a demanda e o investimento em quatro vertentes. Em primeiro lugar as políticas sociais como o “Bolsa Família” e “Luz para Todos”; em segundo uma política habitacional; terceiro salientou as obras que serão executadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o intuito de alavancar a economia e corrigir as desigualdades da infra-estrutura regional; por fim, políticas sobre produção de energia, como o fortalecimento e investimento na Petrobrás e fontes alternativas.

O consenso nos debates aponta para a presença do Estado numa possível “medida certa” na esfera

econômica, sem os extremismos de ausência total na regulação do mercado nem substituindo o papel das empresas. O paradigma do Estado logístico, apresentado por Amado Cervo auxilia na compreensão de uma postura mais estratégica adotada pelo Estado aos desafios do mundo globalizado.

Este paradigma tem por definição o fortalecimento da nação, pois transfere a responsabilidade do papel empreendedor à sociedade, auxilia nas operações externas e busca inserção equilibrada no sistema internacional, tendo sempre em seu horizonte o desenvolvimento do país. No Brasil, os dois períodos em que Fernando Henrique Cardoso exerceu a presidência possibilitou a observação de um tímido ensaio do paradigma logístico. (CERVO, 2002) Embora estigmatizado pela adoção de uma postura neoliberal acrítica, ajudou a consolidar a democracia, a estabilização monetária e a promoção de responsabilidade fiscal no governo. Mesmo assim, os números referentes ao desenvolvimento não foram satisfatórios. Todavia, o ambiente interno mais estável possibilitou o governo Lula avançar no paradigma logístico de forma operacional e corrigir algumas distorções neoliberais anteriores. O multilateralismo voltou a ser opção primordial nas relações internacionais e recuperou-se a autonomia decisória da política externa. No âmbito do desenvolvimento econômico, o Estado logístico passou a atuar de forma a diminuir a dependência tecnológica e financeira e ampliou políticas sociais com o intuito de reduzir as disparidades sócio-econômicas regionais. (CERVO, 2008).

O Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, apresentou ao seminário realizado pelo CDES dados sobre a economia e desenvolvimento nacional que ilustram os resultados obtidos por meio do paradigma logístico. Em relação ao PIB, o Brasil teve um desempenho médio de crescimento de 1,9% entre os anos de 1999 e 2003, enquanto no período de 2004 e 2008 este número subiu para 5,0%. A inflação que em 2003 estava aproximadamente em 15%, atingiu em janeiro de 2009 a cifra de 5,84%. A dívida pública caiu de 56% do PIB em 2002 para aproximadamente 37% do PIB em 2009. Em relação à criação de empregos, os números também são expressivos já que entre 1995 e 1999 ocorreu uma média negativa

de -323 mil empregos; em 2000 e 2003 houve inversão e ocorreu a criação média de 664 mil empregos; por fim, o espaço entre 2004 e 2008 observou um crescimento médio de 1.415 mil novos empregos. O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, sustenta seu otimismo em relação a uma posição privilegiada diante da crise em virtude de fatores como: solidez fiscal, investimentos do PAC, inflação controlada, fortalecimento do mercado interno, reservas de 200 bilhões de dólares, maior regulamentação do setor financeiro e autonomia energética.

Em tese, estes fatores impedem que o Brasil seja atingido com os efeitos imediatos gerados pela crise. Entretanto, o economista James Galbraith, que integra a equipe de conselheiros de Barack Obama, participou do seminário referido anteriormente e salientou a necessidade de se fazer investimentos públicos de forma a manter o crescimento econômico. A previsão de crescimento médio do PIB mundial de acordo com o mercado financeiro para 2009 é de -0,5%, enquanto o Brasil tem expectativa crescimento de 0,6%, já para o governo a estimativa é de 2%. O economista acredita que o conceito de intervenção estatal é debatido de forma errada por muitos atores. Ressalta que o Estado é parte da economia e sem a devida regulação, funciona com grande desequilíbrio, sendo que a diferença básica de um país desenvolvido para aquele em processo de desenvolvimento é a eficiência neste setor de regulamentação e não apenas a capacidade tecnológica.

Referências

- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo (2002). *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª. ed. Brasília: UnB, 525 p.
- CERVO, Amado Luiz (2008). *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 297 p.
- CERVO, Amado Luiz (2007). A instabilidade internacional (1919-1939). In: SARAIVA, José F. S. *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 347 p.
- Folha de São Paulo. Acessado em 20/03/2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2008/crisenoseua/>>.
- HOBBSAWM, Eric J. (2007) *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 598 p.
- Seminário Internacional sobre Desenvolvimento, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Brasília, 5 e 6 de março de 2009.
- Recebido em 22/03/2009
Aprovado em 27/03/2009
- Palavras-chave:** Estado logístico; crise financeira; economia política
- Key-words:** Logistic State; financial crisis; political economy.
- Resumo:** O artigo explora a interessante posição brasileira diante da crise financeira internacional. Neste caso, o Estado Logístico é capaz de oferecer recursos políticos que auxiliam a superação da instabilidade econômica global.
- Abstract:** This article explores the interesting Brazilian position face to international financial crisis. In this case, the logistic State is able to offer political resources which help overcome the global economic instability.

Diversificação esquecida? Elementos causais da expansão da soja na pauta exportadora agrícola brasileira entre 1974 e 1979

Overlooked diversification? Causal elements of the expansion of soybean in Brazilian agricultural exports between 1974 and 1979

RAPHAEL COUTINHO DA CUNHA *
ROGÉRIO DE SOUZA FARIAS **

Meridiano 47 n. 104, mar. 2009 [p. 22 a 25]

Em 2008, a soja foi o terceiro produto mais exportado pelo Brasil.¹ Apesar dessa relevância, são poucos os trabalhos que explicam a crescente participação desse produto na pauta de exportação brasileira. O propósito desse artigo é examinar esse processo, dentro da perspectiva de que esse movimento não esteve necessariamente conectado com a estratégia de diversificação de exportações no segmento de produtos primários adotada pelos formuladores de política brasileiros.

O primeiro passo nesse exercício é a compreensão da evolução das exportações brasileiras de produtos primários. Como pode ser observado no gráfico abaixo, houve persistente diminuição da participação do café na pauta de exportação entre 1973 e 1979, tendo caído de 20% para 12,5%. Um progresso igualmente digno de nota é a expansão da soja – em 1968, respondia por 1,3% da pauta exportadora, já em 1979 ocupava 11%.² Em 1973, o Brasil ocupava somente 17% do importante mercado internacional de exportação de soja e derivados, enquanto em 1985 as exportações cresceram para ocupar 40%, sendo que o mercado havia triplicado em volume (Faminow e Hillman: 1987, 351).

Mas o que explica essa diversificação na pauta das exportações primárias brasileiras? Teriam a diminuição do peso do café e o súbito aumento da importância da soja resultado de política governamental? Percebe-se, pelas fontes hoje disponíveis, que os maiores incentivos à diversificação foram externos, tendo o governo atuado de forma contraditória na expansão da cultura de soja.

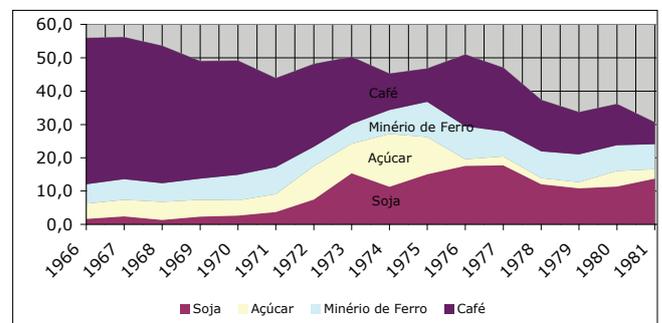


Gráfico 1

Principais exportações de produtos primários
(percentual do total)³

Do ponto de vista externo, o fator mais relevante no curto e médio prazo foram, respectivamente, o elevado preço do produto no mercado internacional

* Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB e especialista em gestão governamental, atualmente lotado na Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

** Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (rofarias@gmail.com).

1 Dado referente à categoria “soja mesmo triturada” (NCM 1201), sem contar as categorias “farelo de soja (NCM 2304) e óleo de soja (NCM 1507).

2 A produção ampliou-se a uma taxa anual média de 37,6% (Baer: 2002, 377). Ver FMI. Supplement on trade statistics n. 4 (1982).

3 FMI. Supplement on trade statistics n. 4 (1982).

e o esforço do governo japonês de diversificar a oferta mundial de soja, de maneira a diminuir o custo de aquisição do produto e reduzir a dependência que tinha com relação aos Estados Unidos. Tendo em vista esse objetivo, o governo japonês definiu como estratégia a utilização do Brasil como plataforma alternativa de oferta de soja, aprofundando acordos de cooperação na área de tecnologia e direcionando investimentos para a expansão da cultura no Brasil (Friedmann: 2002, 336; Vasconcelos e Santos: 2003, 4). O auge da interação política que promoveu a integração do Brasil na estratégia global de diversificação japonesa veio em 1976, quando o presidente Ernesto Geisel foi ao Japão para, entre outras coisas, assinar o Acordo de Intenções que implementaria o Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER). O programa bilateral japonês teve pouco impacto imediato no aumento da produção de soja na década de 1970, mas semearia a futura expansão agrícola do país.⁴

Do ponto de vista doméstico, um dos aspectos mais relevantes na gestão Geisel foi o intensivo programa de inovação tecnológica para a agricultura. Em 1975, foi criada a EMBRAPA-SOJA, divisão da empresa estatal brasileira dedicada ao produto. No mesmo ano, também foi criada a EMBRAPA-CERRADO, para “desenvolver melhores técnicas de manuseio do solo que tornasse viável comercialmente a agricultura na região” (Rocha, Monteiro *et al.*: 2007, 117). Não se pode, no entanto, encontrar com facilidade resultados imediatos dessas iniciativas na produtividade do campo. A falta de tecnologia adequada no país levou à demora na implementação do programa de cooperação com o Japão e à falta de ganhos mais imediatos na introdução de grande parcela do território no programa de plantio da soja

no centro-oeste brasileiro (Cacho: 1999, 20).

Ao analisar esse quadro, deve-se salientar que o governo não atuou somente na facilitação da expansão da soja. Apesar de ter-se iniciado a expansão de novas fronteiras agrícolas e a criação de técnicas de produção durante o governo Geisel, a produção e a exportação da soja foi bastante instável no período. Essa instabilidade, principalmente pela diminuição da participação do produto nas exportações, evidencia grande contraste com o período posterior, sendo explicada pela convergência de duas variáveis domésticas. A primeira é que, na gestão Geisel, em decorrência de problemas climáticos, houve grande retração da produção e conseqüente queda do produto na pauta de produtos primários exportados pelo Brasil.⁵ A segunda é que, no início da década de 1970, a expansão da soja se deu parcialmente às expensas do plantio de gêneros voltados para a alimentação dos grupos de menor renda (Coes: 1991, 181). Isso se originou entre 1972 e 1973, quando o preço do produto aumentou mais de 100%. Produtores do sul do país, diante desse estímulo, mudavam, em massa, a produção de milho, algodão e outras culturas para a soja.⁶ O governo, para impedir essa transição, potencialmente prejudicial para os índices de inflação, aumentou os limites de preços impostos pelo Conselho Interministerial de Preços e implementou pacote agressivo de subsídios para as demais culturas. Além dessas medidas, restringiu-se a importação de sementes de soja.⁷ Como isso não conteve a produção, em 1973, esboçaram-se iniciativas de limitação à exportação da soja para conter a inflação.⁸ Por quatro anos seguidos, foram utilizados sistemas de contingenciamento, quotas e licenciamento para barrar o “excesso” de exportação – limitando a expansão do Brasil nos mercados internacionais.⁹

4 Sobre os embargos americanos e os impactos na economia global ver (Hopkins: 1982).

5 GATT. Report on the consultation under Article XVIII:12(b) with Brazil. 7 de dezembro de 1978. BOP/R/103.

6 Estado Maior das Forças Armadas. Viagem às regiões “S” e “W” do país. Primeiras observações referentes a São Paulo, Paraná, Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul. Memória No 71/MC. 23 de maio de 1975. CPDOC/EG pr 1974.03.25/1.

7 Mário Henrique Simonsen. Problema da Soja. EG pr 1974.03.28. I-40. Ver também: NARA. Da embaixada americana em Brasília para o State Department. GOB agricultural decisions and trade reactions. 10 de agosto de 1973.

8 NARA. Da embaixada americana em Brasília para o State Department. Struggle against inflation becomes more difficult. 30 de maio de 1973.

9 Maiores detalhes em (Faminow e Hillman: 1987).

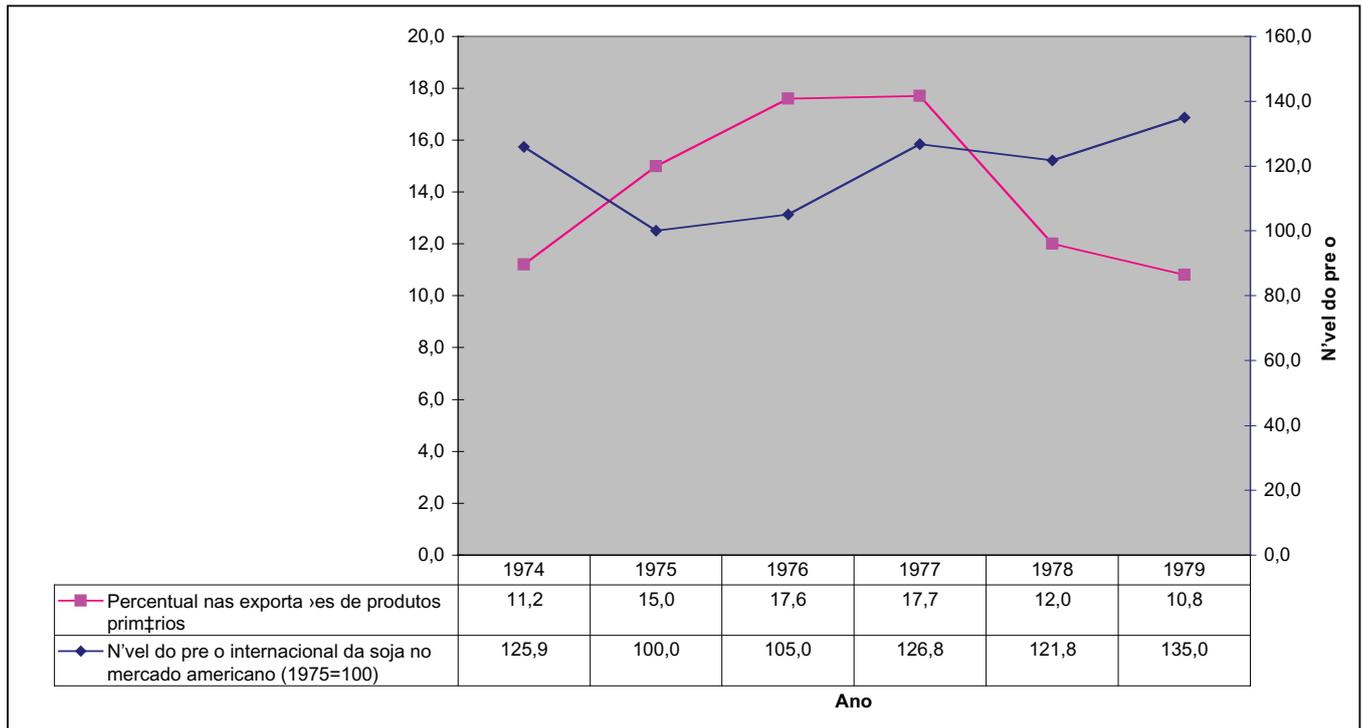


Gráfico 2

Relação entre preço da soja e percentual no total exportado de produtos primários.¹⁰

Podemos identificar, portanto, duas conjunções de forças que influenciaram a trajetória da soja na pauta de exportações primárias do Brasil entre 1974 e 1979. A primeira de ordem exógena à ação estatal brasileira: o aumento dos preços internacionais da soja e os consequentes incentivos aos atores privados, além do desejo japonês de investir no Brasil para diversificar suas importações. A segunda eram as contraditórias políticas empreendidas pelo Estado brasileiro: de um lado, os incentivos à pesquisa pela Embrapa e os créditos subsidiados; de outro, as taxações e proibições à exportação de soja como forma de controlar a inflação doméstica. No agregado, as principais fontes causais da expansão da soja durante os primeiros anos do governo Geisel nasceram da primeira conjunção de forças, e não da segunda, que faria sentir seus impactos somente anos depois (Cacho: 1999, 20-2). Fica nítido, portanto, o problema inter-temporal da relação entre a política econômica externa e os fluxos econômicos: as medidas adotadas pelo governo só tiveram impacto em momento posterior, assim como a decisão japonesa de diversificar seus fornecedores.

No curto prazo, a expansão da soja foi impulsionada e restringida pela dinâmica de preços internacionais e pelas proibições governamentais impostas.

Bibliografia

Baer, Werner. *A economia brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Nobel, 2002.

Cacho, Joyce Agnes Sabina. *Growth in Brazil's soybean processing industry and government policies, 1970-93* (Ph.D.). Columbia (MO): University of Missouri-Columbia, 1999.

Coes, Donald V. Trade, international payments, and Brazil's economic growth. *Latin American Research Review*, v. 26, n. 2, p.171-86. 1991.

Faminow, Merle D. e Hillman, Jimmie S. Embargoes and the emergence of Brazil's soybean industry. *The World Economy*, v. 10, n. 3, p.351-66. 1987.

10 FMI. Supplement on trade statistics n. 4 (1982)

FMI. Supplement on trade statistics n. 4 (1982).

Friedmann, Harriet. The international political economy of food: a global crisis. In: Counihan, Carole M. *Food in the USA: A Reader*. New York: Routledge, 2002. p. 325-47.

Hopkins, R. F. Food Policymaking. *Proceedings of the Academy of Political Science*, v. 34, n. 3, p.12-24. 1982.

Rocha, Angela da, Monteiro, Joana, et al. *The emergence of new and successful export activities in Brazil: four case studies from the manufacturing and the agricultural sector*. 2007.

Vasconcelos, Volnei Freitas e Santos, Roosevelt José dos. A chegada do projeto PRODECER-I em Iraí de Minas e os migrantes. *I Simpósio Regional de Geografia "Perspectivas para o cerrado no século XXI"*. Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia 2003.

Documentos primários

GATT. Report on the consultation under Article XVIII:12(b) with Brazil. 7 de dezembro de 1978. BOP/R/103.

Estado Maior das Forças Armadas. Viagem às regiões "S" e "W" do país. Primeiras observações referentes a São Paulo, Paraná, Santa Catarina e parte do Rio

Grande do Sul. Memória No 71/MC. 23 de maio de 1975. CPDOC/EG pr 1974.03.25/1.

Mário Henrique Simonsen. Problema da Soja. EG pr 1974.03.28. I-40. Ver também: NARA. Daembaixada americana em Brasília para o State Department. GOB agricultural decisions and trade reactions. 10 de agosto de 1973.

Recebido em 27/03/2009

Aprovado em 31/03/2009

Palavras-chave: Política Externa Brasileira, Soja, Diversificação

Key words: Brazilian Foreign Policy, Soybean, Diversification

Resumo: O propósito desse artigo é examinar a crescente participação da soja na pauta de exportação brasileira, dentro da perspectiva de que esse movimento não esteve necessariamente conectado com a estratégia de diversificação de exportações no segmento de produtos primários adotada pelos formuladores de política brasileiros.

Abstract: The purpose of this article is to scrutinize the growing participation of soybean in Brazilian agricultural exports. It is argued that this movement was not necessarily linked with an strategy of export diversification of primary products pushed by Brazilian decision makers.



Estados Unidos: redefinição das bases militares no mundo

United States: redefinition of army bases in the world

VIRGÍLIO ARRAES*

Meridiano 47 n. 104, mar. 2009 [p. 26 a 27]

A crise por que passam os Estados Unidos possibilita à Casa Branca a oportunidade de definir a forma da presença do país na política internacional nos próximos anos. Em vista da necessidade de mudança, Washington tem boas condições para ajustar as engrenagens pelas quais se aplicam simultaneamente a negociação e a força.

Se, no período Bush, o mecanismo da coerção prevaleceu, no governo Obama, há a possibilidade de calibrar a política externa com maior presença da diplomacia em decorrência da conjugação dos seguintes aspectos: o duplo fracasso da guerra como instrumento de prevalência dos desígnios norte-americanos e a crise econômica interna oriunda da especulação financeira.

Quanto à área militar, antes mesmo da emergência da derrocada do setor bancário estadunidense, os democratas anteviram a necessidade de deslocar o seu eixo de atuação: do Iraque para o Afeganistão, local em que estaria o centro original do terrorismo antiamericano, por causa da intermitente atuação do Talibã e da Al-Qaida.

Com isto, preservar-se-iam muitas unidades de combate, como as pertencentes à Guarda Nacional, visto que as operações em território afegão são feitas em conjunto com a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), e diminuir-se-iam também despesas, o que contribuiria para amenizar de modo importante o déficit orçamentário.

No final da gestão Bush, o traçado republicano foi distinto, ainda que em seu fim o objetivo fosse o mesmo: a diminuição de contingentes em solo iraquiano. Desta maneira, um cronograma acordado com o governo em Bagdá foi estabelecido paralelamente à tentativa de cooptar os líderes da

resistência local. Para isto, os Estados Unidos valeram-se da possibilidade de maior abertura política até o auxílio financeiro indefinido temporalmente.

Com tal expediente, os republicanos esperavam, caso permanecessem à frente do poder Executivo por mais quatro anos, menor resistência dos parlamentares democratas nos debates na Comissão das Forças Armadas de ambas as casas e na votação final do orçamento do Departamento de Defesa e de outras organizações a ele próximas.

Contudo, o quadro socioeconômico em 2009 está sendo mais adverso do que haviam previsto muitos analistas, de sorte que novas medidas a fim de estimular a aplicação de mais investimentos e, ao mesmo tempo, equilibrar as finanças públicas urgem. Uma delas estender-se-ia ao campo militar: como preservar de maneira adequada a manutenção de todo o complexo desenvolvido nas últimas décadas pelo Pentágono em todo o globo?

É possível especular que o número de bases, de variadas dimensões, ultrapasse o milhar, sendo maior que na época da Guerra Fria, período crítico da segurança nacional. Os dois maiores derrotados da Segunda Guerra Mundial hospedam quase quatrocentas delas: a Alemanha, mesmo sendo uma parceira inquestionável no âmbito da OTAN, possui pouco mais de duzentos e cinquenta, sendo uma delas detentora de uma estação de esqui na Bavária – várias das instalações ao redor do mundo chegam à sofisticação de abrigar campos de golfe.

Enquanto isso, o Japão, fiel aliado em vista da proximidade geográfica da China ainda nominalmente comunista, sedia mais de cento e vinte bases. Muito próxima do território nipônico, a Coreia do Sul tem também quase uma centena delas, em decorrência

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília - iREL-UnB (arraes@unb.br).

do governo norte-coreano. Iraque e Afeganistão configuram a lista dos cinco maiores, ao acolherem simultaneamente cerca de duzentas.

Em sua baldada tentativa de reforma administrativa quando da titularidade do Departamento de Defesa, Donald Rumsfeld avaliou a possibilidade de encerrar as atividades de pelo menos duzentas unidades, principalmente das localizadas na Europa, o que poderia produzir a economia anual de mais de dez bilhões de dólares e possibilitar o remanejamento de quase cem mil efetivos para áreas mais necessitadas.

Por outro lado, o fechamento delas poderia envolver aspectos políticos, visto que vários governos, como os ditatoriais, sentem-se mais seguros com a presença de tropas norte-americanas. Em muitos casos, por conseguinte, a presença delas desgasta a imagem dos Estados Unidos como defensores da liberdade e dificulta a transição de poder.

Contudo, o impacto econômico negativo em países menores não poderia ser menosprezado, em face do consumo local dos contingentes, mesmo se se consideram os aspectos deletérios vinculados a questões ambientais, como poluição, e a sociais delicadas como a prostituição ou o desrespeito a direitos humanos, por exemplo.

Depois da exoneração de Rumsfeld, o tema não tem sido mais abordado. No entanto, a sua retomada é imprescindível, haja vista que a turbulência econômica dos Estados Unidos poderá em breve atingir o setor militar, o que, por seu turno, reduziria a capacidade do país de negociar acordos de cooperação na área, no momento em que o terrorismo poderá beneficiar-se exatamente por causa dos efeitos da crise.

Recebido em 27/03/2009

Aprovado em 31/03/2009

Palavras-chaves: Estados Unidos, política externa, orçamento militar

Key words: United States, foreign policy; military budget

Resumo: o artigo trata das bases militares norte-americanas em todo o mundo. Nesse sentido, aborda a necessidade de definir novamente a quantidade, tendo em vista a crise econômica global.

Abstract: the article talks about the North American army bases all over the world. It discusses the need to redefine the number of troops considering the global economic crisis.



Resenha

*Russia – Lost in transition – The Yeltsin and Putin legacies**

CRISTINA SOREANU PECEQUILO**
ALESSANDRA APARECIDA LUQUE***

Meridiano 47 n. 104, mar. 2009 [p. 28 a 29]

Países distantes e que pouco ainda se conhecem em sua história e política, Brasil e Rússia vem buscando nos últimos anos intensificar sua parceria estratégica como nações emergentes e que buscam seu reposicionamento global no sistema internacional diante das pressões da unipolaridade e da multipolaridade em transição. Ao lado de China, Índia e África do Sul, a Rússia e o Brasil consistem-se no novo chamado “Segundo Mundo”, combinando tendências de potencialidade e vulnerabilidade. E, no caso da Rússia, está-se diante de uma nação que completa, em 2009, vinte anos do início de sua transformação mais recente, que engloba desde o fim da Guerra Fria em 1989 até a desagregação da União Soviética em 1991.

Afinal, após o desgaste e a queda da ideologia comunista, a Rússia se viu diante de grandes desafios, como o de ter que alterar radicalmente seus princípios de Estado e Sociedade, romper com um projeto e modo de vida adotados previamente, além de lidar com a desintegração do seu imenso território. Desde então, o país vivencia um período de transição política e econômica, bem como a busca incansável por um novo caminho de desenvolvimento, o que tem representado desafios internos e externos a sua agenda.

Diante do contexto apresentado, Lilia Shevtsova em *Russia – Lost in transition – The Yeltsin and Putin legacies* analisa as profundas mudanças e contradições do período pós-soviético sob o prisma de dois líderes, Bóris Yeltsin e Vladimir Putin, demonstrando as semelhanças e, sobretudo, as

diferenças e contradições em suas gestões. A obra é dividida em 27 capítulos, os quais reconstituem a História e tradições do Império, seu declínio e heranças deixadas por líderes soviéticos, seguidas pelo Período Yeltsin (1991/1999) e o Período Putin (1999/2007). Nos capítulos subseqüentes, a obra contará de forma ampla com um leque de assuntos, tais como o regime político vigente, as dificuldades do espaço pós-soviético, as semelhanças e desavenças Rússia-Occidente, contradições de um modelo capitalista burocrático, segurança energética, entre outros.

Percorrendo a trajetória da Federação Russa ao longo de sua transição pós Império, a autora demonstra a situação atual do país na busca por sua afirmação no cenário internacional, bem como por uma política externa assertiva e suas conseqüentes ambições no antigo espaço soviético. Os líderes, contraditoriamente, rompem com um passado soviético e buscam traços desse mesmo passado, o que evidencia a dualidade de sua política externa, ou seja, a busca por uma nova forma de atuação e a utilização de práticas antigas.

Os capítulos iniciais são dedicados ao Governo Yeltsin, primeiro líder da Rússia pós URSS. Este ordenou o país a um alinhamento com o Ocidente, rompeu com o parlamento num primeiro instante, editou sua própria constituição e estabeleceu uma hiperpresidência, consolidando seu poder pessoal, privilegiando interesses de grandes grupos e descentralizando o poder. Quando Putin assumiu

* Resenha de SHEVTSOVA, Lilia. *Russia – Lost in transition – The Yeltsin and Putin legacies*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace. 2007, 388p. ISBN 978-0-87003-236-3.

** Professora de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus Marília), e Pesquisadora Associada ao Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (crispece@gmail.com).

*** Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista – UNESP (alessandra.luque@yahoo.com.br).

o Kremlin em meio a um cenário caótico, a nação necessitava de um líder forte que voltasse às atenções para forças de segurança, conforme explicitado no Capítulo *The coming of Vladimir Putin: A new regime to preserve an old system* – “Putin foi o homem certo, no lugar certo e na hora certa” (p.38). Ele criou sua própria base de poder, fortaleceu as regras e burocracias do Estado, bem como redefiniu estratégias de inserção russa no palco internacional, adotando uma nova postura da Política Externa – o pragmatismo. Guiou-se, portanto, na construção de uma “pirâmide de poder”.

Shevtsova demonstra que a modernização e democratização russa devem contemplar uma dinâmica própria, isto é, devem respeitar aspectos de sua história e cultura e optar por um “caminho especial”. Os padrões e valores ocidentais tem se mostrado ineficientes à realidade da Rússia. O caminho futuro do país ainda não está claramente definido, constando em sua nova ordem, fragmentos da velha e nova cultura, o que evidencia as contradições entre o que é “aparente” e o que é “real”. A autora dedica um capítulo inteiro para discorrer sobre o regime autoritário-burocrático vigente na Rússia, a qual intitula “Imitation Democracy”, onde partidos políticos, canais de TV nacionais, o parlamento, assim como outros órgãos e instituições, estão subordinados à administração executiva. A esse sistema de imitações e ilusões, ela dá o nome de jogo “Let’s Pretend” (p.51).

Lília se debruça sobre visões de analistas internos e externos, recorre a pesquisas de opinião pública sobre diversos temas como posição da Rússia frente a parcerias com o Ocidente, demonstrados nos capítulos *Russia and the United States: in search of a new paradigm* ou *The Putin-Bush Legacy*. Também descreve a diversificação do espaço pós-soviético – sobretudo no capítulo *How can we learn to be neighbors* – o qual é contemplado por uma variedade de regimes políticos, democracias não-consolidadas, representando um desafio aos intentos de Moscou de estabelecer seu poder na região, acarretando em constantes conflitos políticos e aproximação de instituições ocidentais

como a OTAN e a União Européia nessas áreas.

A autora explora a natureza ambígua, contraditória e complexa do cenário russo, analisa os paradoxos de sua Política, o que faz com que o país fique preso a um aparente e, talvez enganoso, quadro de mudanças, reforçando a idéia de que a Rússia não pode ser mudada de cima para baixo. Para uma efetiva transformação, a Rússia necessita de parcerias e assistências externas, não somente cooperação em desafios comuns com o Ocidente, como proliferação nuclear e terrorismo global, mas sim cooperação no que Lília chama em seu último capítulo *Paradoxes and Hopes* de “valores compartilhados” (p.328). Assim poder-se-à falar em uma Nova Rússia.

Ainda que busque demonstrar uma posição equilibrada entre Ocidente e a Rússia, Shevtsova por vezes indica uma postura mais crítica com relação à Putin do que Yeltsin, em debate que muito se assemelha ao já enfrentado pelo Brasil nos anos 1990 no que se refere ao nível de autonomia da política externa e sua agenda. Desta forma, a própria autora parece tender a uma posição pró-Ocidente e a busca de modelos fechados de democracia e economia liberal para Rússia, a despeito de suas especificidades, do que um caminho mais próprio, em debate característico deste país desde 1991.

Apesar desta relativa parcialidade, a leitura de *Russia: Lost in Transition – The Yeltsin and Putin legacies* é essencial por contribuir de forma eficaz com debates e entendimentos da realidade russa, assuntos, como indicado, ainda tão pouco conhecidos e estudados no Brasil, principalmente a partir da análise de uma especialista renomada em Política Russa. A obra de Shevtsova se destina, portanto, aos interessados em conhecer as peculiaridades da política externa e interna desse país que por quase quatro décadas separou o mundo – com os Estados Unidos – em sistemas e modos de vida distintos. Além disso, é um livro que trata de explorar os múltiplos cenários para o futuro da Federação, que atualmente desponta como uma das parcerias estratégicas em aprofundamento das Relações Internacionais brasileiras.

Resenha

O Segundo Mundo: impérios e influências na nova ordem global*

JOÃO FÁBIO BERTONHA*

Meridiano 47 n. 104, mar. 2009 [p. 30 a 34]

Até uns poucos anos atrás, o mundo era dividido, para algumas pessoas, em três categorias. Haveria o Primeiro Mundo, formado pelos países capitalistas desenvolvidos; o Segundo, constituído pelos países do bloco soviético, e o Terceiro, que agruparia toda a parte mais pobre e subdesenvolvida do planeta. Tal categorização era, com certeza, problemática, pois reunia países de forma arbitrária e nem sempre razoável.

O principal problema, com certeza, era a caracterização de Terceiro Mundo, que agrupava, num único bloco, países em vias de desenvolvimento com outros mergulhados em pobreza extrema. Surgiram daí idéias de criar uma categoria de “Quarto Mundo” para reunir estes últimos, mas tal proposta não foi em frente. De qualquer modo, com o fim do bloco soviético, esta maneira de ver o mundo ruiu e outras maneiras de dividir os povos e os países segundo seu desenvolvimento econômico e social surgiram.

Parag Khanna, nascido na Índia, mas criado e estabelecido nos Estados Unidos, tem uma nova proposta, bastante inovadora. Ele resgata a velha divisão entre três mundos, mas modifica os seus termos. Assim, o Primeiro Mundo continua a ser a parte rica do planeta, mas o Terceiro seria formado apenas pelos seus países mais pobres e sem perspectivas. A grande inovação é, contudo, a reformatação da categoria de Segundo Mundo, o qual seria formado, agora, pelos países ainda não tão ricos para entrarem no primeiro time e nem tão

pobres para fazerem parte do segundo. Estes países, além disso, teriam como característica a mistura de elementos do Primeiro e do Segundo mundos em suas sociedades, podendo, no futuro, ascender para um ou cair para outro.

Sua divisão geográfica do mundo, dessa forma, é interessante. O Primeiro Mundo seria a Europa Ocidental, a América do Norte, a Austrália e Nova Zelândia, o Japão e os tigres asiáticos. O Terceiro seria a parte andina da América do sul, o Caribe e a América Central e, acima de tudo, a Ásia do sul (Índia e seus vizinhos) e a África negra. Já o Segundo mundo seria constituído do grosso da América do sul, o México, o mundo árabe (incluindo a África do Norte) e o espaço ex-soviético.

Parag Khanna, contudo, não faz essa definição simplesmente como uma forma de facilitar nosso entendimento da geografia econômica do nosso planeta. O que ele quer é compreender a cartografia política da Terra e a sua divisão em “mundos” permite que se compreenda, segundo ele, o processo histórico atual, o qual se caracterizaria pela globalização acelerada e pela disputa geopolítica dos três grandes impérios existentes hoje pelo Segundo Mundo.

Para ele, assim, o Terceiro Mundo é irrelevante e atrai atenção apenas ocasional por parte dos novos Impérios. Já as riquezas e o potencial do Segundo podem dar a vitória ou a derrota aos novos competidores pelo poder global, pelo que uma feroz disputa por influência e conquista já estaria em pleno desenvolvimento nesse início de século. Nos seus

* KHANNA, Parag. *O Segundo Mundo: impérios e influências na nova ordem global*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008, 559 p. ISBN 8598078387

** Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM (fabiobertonha@hotmail.com).

termos, o Segundo Mundo se tornou um grande mercado geopolítico, no qual os novos Impérios competem por influência e os Estados barganham a sua posição entre eles.

Os três Impérios do momento presente são os Estados Unidos, a União Européia e a China que, apesar de ainda estar no Segundo Mundo, caminha rápido para o Primeiro e com potencial suficiente para ser um dos poderes emergentes. Ele considera a Rússia uma potência em plena decadência; a África do Sul e a Indonésia como países pobres com poucas possibilidades reais de ascensão e o Japão acomodado em sua posição de rico satisfeito.

Neste contexto, é interessante a sua avaliação da Índia como um país tão mergulhado no Terceiro Mundo que, apesar de grande, provavelmente nunca será um Império como os outros. A Índia já estaria, aliás, e contrariamente às esperanças dos EUA de utilizarem-na como um contrapeso à China, caminhando para a esfera desta. Já o Brasil seria a única grande possibilidade de a América Latina exercer alguma influência geopolítica no mundo, mas seria um poder que pode emergir ou não, dependendo das opções e capacidades das suas elites em resolver os dilemas nacionais, especialmente no que se refere ao desequilíbrio de renda. Ainda assim, não se tornaria um Império mundial, mas, no máximo, um Estado importante em um deles ou entre vários.

Assim, os vários pólos que deveriam, a princípio, substituir, segundo vários analistas, a unipolaridade americana dos anos 90 por um mundo multipolar hoje são reduzidos, na sua análise, a apenas três. E, pelo andar dos acontecimentos e pela própria dinâmica dos três impérios, que não aceitarão outros rivais, esta tríade será a definidora da geopolítica mundial no próximo século.

Sua análise considera, também, que algumas das batalhas pelo Segundo Mundo já foram travadas e vencidas. O Leste Europeu, o Cáucaso e o norte da África já estariam na área de controle da União Européia, enquanto a Ásia oriental e central já gravitariam, de um jeito ou de outro, para a China. O México, a América central e a Colômbia, por sua vez, já estariam na órbita dos EUA. Restariam, pois, como campos de batalha, a América do sul, o mundo

árabe-persa e a Rússia, cuja insistência em ser um pólo autônomo só a enfraqueceria.

No que se refere à América Latina, sua posição é de que os Estados Unidos não podem mais contar como dado o seu domínio na região e que a disputa com os outros Impérios pode dar, a ela, uma chance única de sair da pobreza e aumentar a sua influência global.

Seu livro é um grande passeio por estes campos de batalha. Ele não tem nenhuma dificuldade em demonstrar suas predileções e o faz com clareza, com uma clara antipatia por governantes personalistas como Chávez, Ahmadinejad ou Putin. Também analisa com acuidade os dilemas do desenvolvimento nas mais variadas regiões do mundo, passando da Ucrânia ao Egito e do Cazaquistão à Argentina.

Escrito com uma linguagem fluente e agradável, ele também pode ser lido quase como uma crônica de viagens, com observações contínuas a respeito dos povos e nações que são estudados. No entanto, por trás de suas observações sobre culinária egípcia, futebol brasileiro ou os dilemas do desenvolvimento e da democracia na Malásia ou na Romênia, o que há é um sólido eixo analítico que permeia o livro como um todo.

Uma das suas maiores contribuições é, a meu ver, a sua junção de geopolítica com globalização. Ao contrário de uma visão anterior, que dizia que a segunda eliminaria inevitavelmente a primeira, ele afirma que as duas coexistem e, mais, se alimentam. A geopolítica, ou seja, a relação entre poder e espaço e a disputa das grandes potências ao redor disto, continuaria viva, mas ao lado de uma contínua ampliação das ligações entre os povos do mundo por meio de todas as formas de troca, ou seja, a globalização.

A força destes dois processos indica como, provavelmente, não haverá um grande conflito entre as novas superpotências, apesar das suas diferenças e disputas. Com a interligação promovida pela globalização, que nenhuma delas controla, o custo do conflito direto se tornou simplesmente grande demais. Mas elas continuarão a disputar, por medo e cobiça, os recursos e a influência no planeta, inclusive pelas teias das conexões mundiais cada vez mais

fortes. Globalização e geopolítica não seriam, pois, antíteses, mas dois lados da mesma moeda.

Outro ponto interessante do livro é a sua caracterização de Impérios como estruturas políticas, em essência, positivas, já que trazem estabilidade e ordem aos povos dominados, o que é o pré-requisito básico para a democracia e a prosperidade. Para ele, a era dos Impérios nunca terminou e hoje, novamente, são as relações interimperiais que estão moldando o mundo, muito mais do que as internacionais ou as intercivilizacionais. Assim, apesar do mundo contar com quase duzentas unidades políticas e com um sem número de leis e instituições globais, os centros de poder que contariam são apenas Washington, Bruxelas e Pequim.

Nesse ponto, aliás, o contraponto com Huntington é de interesse. Parag Khanna indica como são os Impérios, e não as civilizações, que dão significado à geografia. Eles se expandiriam além dos Estados-nacionais e além das civilizações, impondo sua ordem e suas normas. Isso explicaria porque, por exemplo, a Turquia ou o norte da África estariam gravitando ao redor da União Européia e a Austrália caminha para o campo chinês, fugindo das suas civilizações.

A geografia, realmente, é um elemento que continua a moldar, como sempre, a geopolítica e as relações internacionais. Setores da mídia canadense comentaram, anos atrás, que faria muito mais sentido para o Canadá ingressar na União Européia do que associar-se aos Estados Unidos. Afinal, os canadenses têm sólidas raízes européias e sua maneira de ver o mundo tem mais a ver com Bruxelas do que com Washington. No entanto, a geografia e a força das ligações econômicas superam esta proximidade cultural e psicológica e, portanto, o Canadá continua na órbita americana. Parag Khanna, portanto, conseguiu entender de forma acurada a atual relação entre geografia e poder no mundo.

Também interessante a sua ponderação a respeito dos três estilos dos novos Impérios. Todos teriam a coesão geográfica, a riqueza econômica e demográfica e o poder militar necessários para se expandirem. Também teriam em comum o fato de não serem mais como os Impérios do passado, que buscavam a conquista territorial direta.

Mesmo assim, as diferenças também seriam marcantes. Os americanos enfatizariam o poder militar e a segurança e estariam sempre em busca de formar coalizões, nas quais eles lideram e oferecem proteção. A União Européia está transformando sua periferia em províncias semi-soberanas e enfatizaria o consenso, ofertando progresso a todos através da promoção de reformas e de algum nível de associação com ela. Já a China também faria um processo de integração econômica, sem impor condições aos outros e sempre procurando evitar o conflito e enfatizando a consulta e a negociação.

Fica evidente, no decorrer do livro, a sua predileção pelo estilo da União Européia e sua admiração e interesse por ela. Esta predileção leva, inclusive, a um tom otimista sempre que ela é mencionada. Assim, só a UE será capaz de estabilizar os Bálcãs e o Cáucaso, renovar a Rússia, etc. A China não recebe tantos elogios, mas ele reconhece como sua política de cooptação econômica e discrição é, no mínimo, coroada de êxito.

Até por comparação à União Européia, ele faz críticas à maneira como os Estados Unidos tentam atrair povos e países para a sua órbita. Ele considera o viés de Washington excessivamente baseado no mantra do livre comércio e na questão da segurança, como fica evidente na sua relação com a Colômbia. Também menciona o fato que os Estados Unidos nem sequer pensaram na adoção de políticas que realmente ajudassem a promover o desenvolvimento na América Latina e, especialmente, no México. Um fundo nos moldes daquele que a União Européia utiliza para estimular mudanças e desenvolvimento nas suas periferias seria uma excelente forma de alavancar a prosperidade da região e reforçar a sua ligação com os EUA e a resistência de Washington a isto o incomoda.

O mesmo comentário ele faz com relação ao Oriente Médio e a Ásia oriental, pois, enquanto os americanos pensam em termos de segurança, terrorismo e venda de armas, os europeus e chineses enfatizariam comércio e financiamentos. Uma visão mais mercantilista que seria não apenas preferível, como muito mais eficiente, permitindo, por exemplo, à China exercer um verdadeiro domínio do Oriente

sem precisar declará-lo, absorvendo informalmente antigos inimigos, como o Vietnã, e até antigos aliados dos EUA, como os países da Asean, a Austrália, a Nova Zelândia e o próprio Japão.

Neste aspecto, fica a primeira dúvida com relação as suas idéias. Com certeza, uma política externa excessivamente focada na segurança, como é (ou foi, já que a era Obama apenas se inicia) a americana, tem defeitos óbvios. No entanto, a sua desqualificação do poder militar dos Estados Unidos como elemento de importância na luta com os demais pólos de poder é quase total, o que talvez não seja razoável.

De fato, apesar de parecer pouco provável a eclosão de uma guerra entre os três blocos, o poder militar ainda é elemento fundamental e não espanta, aliás, como a China e a União Européia, mesmo com o sucesso de suas expansões “mercantilistas”, estejam preocupadas em aumentar seu peso relativo em termos de força militar.

Do mesmo modo, suas insinuações de que países como Austrália, Japão ou Índia já praticamente aceitaram aderir à esfera chinesa são, no mínimo, simplificadoras. O reforço recente dos laços militares de Tóquio e Sidnei com os Estados Unidos pode significar muito bem que estes países aceitam fazer parte da zona econômica chinesa, pois isso lhes traz lucros e oportunidades, mas apenas tendo garantido o poder militar dos EUA como contrapeso. Enfim, talvez a sua subestimação do fator militar o leve a não perceber certas sutilezas da política internacional.

Outro exemplo disto é quando ele identifica como a União Européia é um Império que conquista pela sedução da prosperidade e que a adesão ao bloco, ou a promessa disto, é a grande arma da União. Mas esta arma só funcionará enquanto houver países “adequados” para a integração. Quando a EU tiver que intermediar, digamos, um conflito entre indianos e paquistaneses, o que ela fará? Prometerá ingresso na União a ambos? A integração ao bloco é uma arma fantástica de Bruxelas, mas também tem limites.

Usei adequados entre aspas acima porque elas evidenciam como a questão cultural e dos laços culturais não recebeu, a meu ver, o tratamento que merecia no livro, o que chega a ser estranho. Ele enfatiza em vários momentos, por exemplo, como

a UE e os Estados Unidos não têm praticamente valores em comum e que, portanto, nunca os dois Impérios poderiam se reunir num único – “ocidental” – para enfrentar, digamos, o desafio chinês. América do Norte e Europa, contudo, apesar das diferenças que todos conhecemos, vieram da mesma matriz demográfica e cultural. Dizer que eles não compartilham valores comuns e que, mesmo que tivessem, isso não teria nenhuma influência é um erro, derivado, provavelmente, do seu esforço em separar com clareza os três Impérios da Terra e seus valores.

Do mesmo modo, a sua admiração pela UE o faz ver, nela, uma visão de “Europa” não excludente, nem branca e nem cristã, capaz de absorver muçulmanos, asiáticos e todos os outros povos. A realidade mostra que isso não é bem verdade. Afinal, se o Marrocos ou a Turquia fossem cristãos, não teriam sido integrados, há muito, na União?

Com efeito, estes países e outros da África e Oriente Médio podem ser colocados dentro da esfera de influência da Europa, mas não a ponto de fazerem parte dela, mesmo estando nas vizinhanças. Acredito que, para a Europa, seria muito mais fácil, se a geografia o permitisse, admitir a Austrália, o Canadá ou a Argentina na União do que a Turquia ou o Egito. Afinal, são países majoritariamente cristãos e brancos, um pré-requisito que nunca deve ser mencionado, mas que, lá no fundo, está sempre presente. Do mesmo modo, quando Parag Khanna menciona que a Rússia terá que optar entre a Europa e a China, talvez os vínculos culturais acabem por pesar mais numa possível decisão dos russos do que ele consegue inferir.

Enfim, isso são apenas conjecturas, mas indicam que, se ele está correto ao afirmar que os Impérios e mesmo as Nações-Estados podem superar as culturas e as civilizações, isso não significa que eles já as sublimaram. Huntington estava errado ao prever uma “guerra de civilizações”, mas as diferenças entre culturas no mundo ainda não chegaram ao zero e isso ainda importa, mesmo num mundo globalizado e onde a economia e o poder dão o tom das disputas.

Ainda assim, apesar destas observações e detalhes, sua conclusão geral de que a ilusão americana de domínio unilateral do mundo está se

esfacelando frente aos novos superpoderes, aos novos Estados emergentes do Segundo Mundo e ao novo equilíbrio entre eles é correta. Ele se apressa, aliás, em recomendar políticas, como uma menor confiança na força e uma maior nas parcerias econômicas e comerciais, para reverter isso e aumentar a atratividade dos EUA no mercado geopolítico mundial.

Do mesmo modo, ele deixa evidente a sua preocupação com os Estados Unidos em si, que estariam em plena caminhada do Primeiro para o Segundo Mundo, como indicariam a concentração de renda, decadência da qualidade de vida e educação e outros pontos. E o que é pior: estariam aceitando esta situação, sem nenhuma preocupação ou política para permanecer no topo.

Tal posicionamento firmemente crítico frente à política externa e a própria trama da sociedade

americana o levou, inclusive, a ser chamado de “antiamericano” em seu próprio país, o que é absurdo. Ele tenta, apenas, demonstrar os dilemas desta sociedade e da sua inserção no mundo e apresenta soluções. Neste esforço, escreve um livro cujas propostas podem ser aplaudidas ou criticadas, mas que trazem material muito rico para reflexão e análise.

Em tempo. Parag Khanna, segundo o apresentado na contracapa, é consultor de política externa de Barack Obama. Tenho a impressão de que as atuais elites acadêmicas e políticas dos EUA concordam, em geral, com a análise apresentada neste livro. Resta ver o quanto essa mudança de percepção por parte dos formuladores políticos e a influência de livros como este modificarão a política externa dos Estados Unidos, e o mundo, nos quatro anos a seguir.

